



387ª SESSÃO ORDINÁRIA – XVII LEGISLATURA

Data: 05/12/2019

Início: 8h42

Término: 12h25

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Invocando a proteção de Deus, declaramos abertos os trabalhos da presente sessão. Solicito aos vereadores que procedam ao registro de presença no terminal eletrônico e também no livro de presenças. (Pausa) Solicito ao 1º secretário que faça a leitura da nominata dos vereadores que compõem a XVII Legislatura, bem como enuncie os vereadores inscritos no Grande Expediente de hoje.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Pois não, senhor presidente. Bom dia! Bom dia a todos que nos assistem pela TV Câmara, canal 16, bem como pelas redes sociais, em especial, aqueles que nos prestigiam com sua presença aqui no plenário. Atendendo a vossa solicitação, vocês que compõem a atual legislatura: V. Exa., Flavio Cassina, como presidente; Mesa Diretora composta pelos vereadores: Paula Ioris, Ricardo Daneluz, Edson da Rosa e Alberto Meneguzzi. Vereadores da XVII Legislatura: Adiló Didomenico, Alceu Thomé, Arlindo Bandeira, Clair de Lima Girardi¹, Denise Pessoa, Edi Carlos Pereira de Souza, Edio Elói Frizzo, Elisandro Fiuza, Felipe Gremelmaier, Gladis Frizzo, Gustavo Toigo, Paulo Périco, Rafael Bueno, Renato Nunes, Renato Oliveira, Rodrigo Beltrão, Tatiane Frizzo e Velocino Uez. Vereadores inscritos no Grande Expediente de hoje: Edson da Rosa e Alberto Meneguzzi. Era essa a leitura, senhor presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado. Passemos ao espaço das

PEQUENAS COMUNICAÇÕES

pelo tempo de dez minutos para apresentação de votos de pesar, de louvor ou de congratulações. A palavra está à disposição dos senhores vereadores.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Peço a palavra, presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Gustavo Toigo.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Meu bom dia, presidente, Flávio Cassina; meus colegas vereadores e vereadoras. Vamos dar entrada nesta manhã, presidente, a um voto de louvor dirigido à professora Suzana de Araújo Gastal, professora pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, tendo em vista que, na noite de ontem, em Belo Horizonte, a mesma consagrou-se campeã, vencedora do Prêmio Nacional de Turismo na categoria academia. Nós sabemos que ocorreu uma mobilização muito grande da sociedade² caxiense, regional e estadual. Foi a única professora do Rio Grande do Sul pertencente aos quadros de uma universidade comunitária porque tínhamos quatro representantes de universidades federais e a nossa foi a única que participou nesse sentido. Então quero agradecer, sobremaneira a Mesa Diretora desta Casa por ter franqueado a vinda da professora Susana em ocupar a tribuna num acordo de lideranças. A mobilização que os vereadores e vereadoras também tiveram ao longo dessa votação porque pelas informações extraoficiais que nós recebemos, presidente Cassina, ela recebeu mais de 10 mil votos. Foi uma votação

¹ Vereador Kiko Girardi

² Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)



arreatadora que mostra a força da serra gaúcha. A professora Susana ao longo de mais de 20 anos, vereador Edson da Rosa, tem feito contribuições expressivas na produção científica e do conhecimento. Muitas ações que o país hoje segue foi pela pesquisa, pela liderança da professora Susana Gastal que me ligou ontem ainda de madrugada muito feliz e agradecendo esta Câmara de Vereadores porque agora podemos contar, vereador Felipe, podemos contar, foi nós, a Câmara de Vereadores, vereador Daneluz, que inscrevemos a professora Suzana nesse certame.

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (PMDB): Permite aparte, vereador?

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Olhamos o seu currículo, percebemos que ela tinha... Um potencial ela, ao natural, tinha, mas tem uma produção consolidada, comprovada em publicações de livros, em artigos acadêmicos, vereador Rafael. Então importantíssimo ontem dentre uma centena de milhares de professores de todo país a nossa ontem sagrou-se campeã. Vereador Felipe, o seu aparte.

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (PMDB): Vereador Toigo, ontem quando fiquei sabendo do resultado, dessa conquista da professora Susana, mas que é uma conquista não só dela, mas é uma conquista da Universidade de Caxias do Sul, da cidade de Caxias do Sul, da nossa região e porque não do estado porque era a única concorrente do estado do Rio Grande do Sul nessa temática.

VEREADOR RICARDO DANELUZ (PDT): Peço um aparte.

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (PMDB): Então tenho certeza que ontem foi feita uma grande justiça a uma pessoa que tem muita produção voltada para o turismo, colabora muito com a academia e consequentemente os seus projetos, os seus estudos, a sua forma de atuar deve ser tornada prática nas nossas cidades porque a Susana tem um trabalho muito grande não só de resgate histórico de algumas áreas, como é o caso da aviação, mas que muito do seu trabalho pode ser aplicado nas cidades. Então fiquei muito feliz ontem com essa conquista da Susana, que é minha professora também no mestrado na universidade, nossa professora, mas que tem um conceito extremamente alto com relação ao turismo no Brasil inteiro e agora é reconhecida nacionalmente através desse grande prêmio. Então parabéns à Susana, mas parabéns à universidade, à cidade e à região, e por que não, ao Estado do Rio Grande do Sul.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Obrigado, vereador Felipe. Vereador Daneluz, o seu aparte.

VEREADOR RICARDO DANELUZ (PDT): Vereador Toigo, vereador Felipe. Primeiro parabenizar a professora Susana, que é uma professora extraordinária, com produções científicas das mais variadas, livros, produções de todos os tipos, e que sem dúvida nenhuma é grande merecedora desse prêmio. Como fala o vereador Felipe isso a nível de Universidade de Caxias do Sul, de município, de região, do estado do Rio Grande do Sul. Mas eu gostaria também de fazer um reconhecimento a sua pessoa que foi quem puxou à frente para inscrever a professora Susana, quem foi atrás, quem mobilizou as pessoas nas votações. Ontem, nós voltando da nossa agenda em Brasília, o senhor muito aflito no avião, a cada pouco olhando, acompanhando e quando, de fato, saiu o resultado vibrou muito porque participou de verdade desse processo. Então fica também o reconhecimento ao seu trabalho quanto a esse mérito que Caxias do Sul não vai... Que não vai ser apagado isso da nossa história e com certeza vai engrandecer o programa de pós-graduação em turismo na Universidade de Caxias do Sul. Parabéns.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Muito obrigado, vereador Daneluz. Agradeço os comentários do vereador Felipe, corroboro com V. Exa. em todos os sentidos.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Um aparte, vereador.



VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Já lhe concedo, vereador Edson. Ontem Caxias do Sul era vitrine nacional mais uma vez. Mais uma vez estivemos, por indicação de V. Exa., presidente, na Secretaria Nacional de Aviação Civil, na assinatura do termo, vamos aprofundar isso depois da tribuna. Mas ontem era Caxias do Sul que estava na vitrine mais uma vez. Com certeza é um justíssimo reconhecimento para a educação também. Ela é uma educadora, uma pesquisadora que tem uma folha de serviços prestados a nossa região enorme. Então se fez justiça ontem, a mobilização deu certo e mais uma vez eu preciso agradecer os pares. Todos foram incansáveis... Eu sempre digo, quando³ ocorre uma mobilização, vereador Edson, para o bem, todos ganham. Então meu agradecimento é sem distinção a ninguém; todos somos vencedores. Seu aparte.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Vereador Toigo, na verdade, também são pequenas ações como essa que colocam o nosso Município na pauta, no caso até do turismo. E essa mobilização, eu tenho certeza que nós todos aqui conhecemos o seu esforço, inclusive, depois nos mandou WhatsApp para que nós votássemos. Aí, depois da votação, clicar na foto e dizer votei feito. Esse também é o espírito, acho que através de V. Exa., da nossa Casa, de estar tentando divulgar o nosso Município, que são pequenas ações, não é, vereador, mas deixam o nosso turismo, a nossa cidade na pauta. Então parabenizar principalmente V. Exa., que eu acho que foi quem teve esmero, teve esforço e trouxe a pessoa para cá. Nós fizemos um acordo, mas, acima de tudo, a V. Exa. que está bem ligada à academia e também promove nesse sentido, como V. Exa. falou, a educação, a educação. É a academia que aparece, é dali onde saem as ideias, é dali onde se conversam, e ali na frente nós vamos sentir o impacto dessas ações pequenas que se tornam grandes. Parabéns, vereador Gustavo Toigo.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Muito obrigado, vereador Edson da Rosa. Para finalizar, presidente, eu vou fazer um convite, acho que esse convite tem que ser extensivo a todos os pares da Casa. Nós protocolarmos um voto em conjunto, voto de louvor de todos os pares, porque entendo que todo mundo ajudou, as entidades de Caxias, e nós merecemos, quem sabe na próxima semana, colocarmos isso na Ordem do Dia para votarmos. Presidente, eu lhe agradeço profundamente pela sua sensibilidade em nos colocar, neste momento, nessa representatividade tão importante de Caxias do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Em apreciação os votos de congratulações ou louvor apresentados pelos vereadores Paula Ioris, Tatiane Frizzo e um de autoria coletiva. Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Vereador Edi Carlos vota favorável. Vereador Renato Nunes? Favorável. Encerrada a votação. Os votos propostos foram aprovados por unanimidade dos vereadores presentes, com as ausências dos vereadores Adiló Didomenico, Denise Pessoa e Rodrigo Beltrão. Encerrado o espaço das Pequenas Comunicações. Conforme acordo de lideranças, a sessão ordinária abre espaço de cinco minutos para a Sra. Rosicler da Rosa, representante da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Avelino Boff. Não? Ainda não? Vamos inverter, então, a ordem aqui. Conforme acordo de lideranças, a sessão ordinária abre espaço de cinco minutos para a Sra. Linéia Espíndola, representante do Banco de Sangue para falar sobre doações de sangue. (Pronunciamento da Sra. Linéia Espíndola, representante do Banco de Sangue.)⁴ (Palmas) Obrigado, Linéia. Neste momento importante, nós vamos suspender a sessão por alguns instantes para que façamos uma foto com todos esses abnegados

³ Leandro Ribas (registro e conferência)

⁴ Simone Moreira (registro e conferência)



que simbolizam este momento fantástico que representa a doação de sangue. Dizer que nós temos também a lei municipal do dia 12 de abril, que é o Dia do Doador de órgãos e Tecidos; em setembro, tem o dia nacional. Então com ações como essas é que vamos fazendo a mentalidade do povo a cada momento. Então eu convido a todos os colaboradores que venham até aqui para que façamos uma foto oficial deste momento. A sessão está suspensa.⁵ Reabertos os trabalhos. Hoje estamos recebendo o secretário municipal de Trânsito e Transportes e Mobilidade, Cristiano de Abreu Soares, para prestar esclarecimentos sobre a licitação para concessão do transporte coletivo urbano de Caxias do Sul, conforme o Requerimento nº 170/2019, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Transporte e Habitação, aprovado em sessão de 26 de novembro de 2019. Solicito ao primeiro secretário que faça leitura do Requerimento nº 170/2019.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Pois não senhor presidente.

REQUERIMENTO nº REQ 170/2019

CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIOS E CONVITE AO PREFEITO (Art. 176, VIII)

Requer a convocação do Secretário de Trânsito, Transporte e Mobilidade, Srº Cristiano de Abreu Soares, para prestar esclarecimentos a cerca da licitação para a concessão do transporte coletivo urbano de Caxias do Sul.

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Os Vereadores que a presente subscrevem, integrantes da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Transporte e Habitação, em conformidade com a Lei Orgânica do Município em seu art. 62, XVI, bem como com o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 176, VIII e art. 234, vêm respeitosamente requerer a convocação do Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, Srº Cristiano de Abreu Soares, para prestar esclarecimentos a cerca da licitação para concessão do transporte coletivo urbano de Caxias do Sul.

No momento oportuno solicitamos aos Nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Caxias do Sul, 21 de Novembro de 2019; 144º anos de Colonização e 129º anos de Emancipação Política.

ELÓI FRIZZO (Autor) Vereador - PSB
DENISE PESSÔA (Autora) Vereadora - PT
EDSON DA ROSA (Autor) Vereador - MDB
GUSTAVO TOIGO (Autor) Vereador - PDT
PAULA IORIS (Autora) Vereadora - PSDB

(Legix)⁶

Assinam todos os membros da Comissão Interna de Desenvolvimento Urbano, Transporte e Habitação, CDUTH, senhor presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado, vereador Edson. Solicito também que proceda à leitura do Ofício do Poder Executivo em resposta ao Requerimento nº 170/2019.

Of. nº SGOV/463/2019

Caxias do Sul, 29 de novembro de 2019.

Senhor presidente:

Em atenção à solicitação da Câmara Municipal, referente ao requerimento nº 170/2019 que convoca o Secretário Municipal do Trânsito, Transportes e Mobilidade, Senhor Cristiano de Abreu Soares para prestar esclarecimentos, informamos que o mesmo estará presente na Câmara Municipal no dia 5 de dezembro do corrente, para atender ao solicitado.

Assina o prefeito Daniel Guerra.

⁵ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)

⁶ Leandro Ribas (registro e conferência)



PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado. Conforme definido pela Mesa Diretora, em reunião com os vereadores no dia 12 do corrente, abriremos o espaço de dez minutos para o Sr. Cristiano de Abreu Soares, para que possa responder os questionamentos, prorrogáveis por até cinco minutos. Após essas manifestações, cada vereador previamente inscrito poderá questionar estritamente sobre os tópicos constantes do requerimento da convocação o secretário por três minutos, dispondo o secretário de três minutos para a resposta, sendo vedada a tréplica. Contamos também com a presença do diretor técnico Daniel Rech, que vai assessorar os nossos trabalhos.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Senhor presidente, senhores vereadores, a plateia que nos assiste, a TV Câmara, via Facebook também, eu gostaria de saudar de uma maneira especial todos. Gostaria de, inicialmente, passar a palavra já ao meu diretor técnico, diretor Daniel Rech, que vai fazer uma apresentação agora logo de início, para expor aos senhores o que há de diferente no transporte coletivo urbano, o que está sendo planejado para o transporte coletivo urbano para os próximos dez anos. E, após a explanação dele, tanto eu quanto ele estaremos à disposição para as perguntas. Informo também que o diretor Daniel Rech é um funcionário de carreira, é o meu diretor técnico, é o nosso diretor técnico da Secretaria e estará aqui à disposição para responder tecnicamente todos os questionamentos. Muito obrigado.

SENHOR DANIEL RECH: Bom, basicamente, o secretário me pediu para vir ajudá-lo aqui na parte mais técnica dos questionamentos e tal. Então, eu vou fazer uma apresentação. A apresentação é bem breve. Basicamente, eu vou falar só sobre as modificações do sistema em relação ao que tem hoje, e o que a gente está propondo, então, para implementar. Basicamente, é a mesma apresentação que a gente fez lá na audiência pública do transporte. Ela é bem curtinha. Então vamos lá. Basicamente, começou o processo com duas premissas que a gente recebeu da administração, do prefeito, certo? Que ele queria uma tarifa mais barata que a atual e ele queria que mais empresas pudessem participar do certame. E, se possível, que mais empresas fizessem o transporte, ou seja, que ele fosse dividido em lotes diferentes, para que mais de uma empresa pudesse participar. E aí, partindo disso, a gente dividiu a cidade em duas bacias operacionais. Montamos o sistema dessa forma, nós o dividimos em dois. A bacia operacional 1 é em cima do eixo leste/oeste do transporte coletivo, onde tem as duas estações principais de integração, a Floresta e a Estação Imigrante e a linha Troncal e a linha 2. E a bacia ²⁷ pega o eixo norte-sul onde tem a linha 2, Salgado Filho, Ana Rech que é outra linha troncal do sistema, que é uma grande linha troncal. Ela não tem estação pronta ainda lá nas extremidades dela, mas ela funciona como uma linha troncal. Basicamente depois dividimos outras linhas de forma que o sistema ficasse mais ou menos equilibrado com a quilometragem e o número de passageiros equilibrado em cada uma das duas bacias. Ali tem um esquema de cada linha da cidade. A linha roxa seria a bacia operacional nº 1 e as linhas amarelas seriam a bacia operacional nº 2. Basicamente a gente divide todo o sistema em dois. Então algum eventual custo administrativo que venha a ter há mais por ser duas empresas tem a compensação também da cidade ser um pouquinho reduzida e a questão da logística da empresa então fica... Ela tem que abranger uma área menor com o transporte. Certo? Então a gente tem toda essa fórmula aí. Pode passar. As vias são as mesmas atuais. A região da cidade é dividida em duas e a parte central da cidade então ela é compartilhada pelas duas empresas, como não podia deixar de ser, praticamente todas as linhas acabam passando pelo centro da cidade. Bom, o método de cálculo tarifário atualmente é baseado na planilha do

⁷ Simone Moreira (registro e conferência)



Geipot, que é um grupo de trabalho do Ministério do Trabalho, através de um manual que foi feito lá em 1996. Ele foi usado na nossa licitação em 1999, que era o que tinha na época para cálculo tarifário. Era essa a literatura técnica e é o que é usado até hoje. Houve algumas adaptações, óbvio, ao longo do tempo, a gente vem há 20 anos com esse sistema e a gente já fez diversas modificações na planilha. Têm algumas modernizações, mudanças de coeficientes, consumo de combustível diferente, isso a gente foi modernizando ao longo do tempo. A nova proposta vai englobar dois métodos de cálculo. Basicamente é um novo método sugerido pela Associação Nacional de Transportes de Passageiros pela ANTP e também a gente usou algumas referências da licitação de Porto Alegre e algumas peculiaridades aqui nossas também. Basicamente a gente fez essa mescla. A base de cálculo é basicamente a mesma da Geipot lá de 96 com algumas alterações, algumas inclusões. Então assim. A atual planilha a gente tem uma remuneração de frota, uma remuneração de almoxarifado, com alguns coeficientes e máquinas instalações e equipamentos. No novo sistema a gente não tem mais remuneração de máquinas e instalações de equipamentos, em contrapartida a gente coloca alguma remuneração, coeficiente para terrenos, edificações, equipamentos e garagens, equipamentos embarcados nos veículos e veículos de apoio que isso não era previsto lá no Geipot. Basicamente é isso. Podemos passar. A idade máxima do veículo que pode operar a gente aumentou um pouquinho. Então hoje a gente tem uma idade para os veículos leves e de ônibus, mini ônibus de sete anos e para os veículos padrão a gente tem dez anos. Para os veículos articulados especiais e piso baixo a gente tem uma média, idade máxima de 12 anos. Então a gente manteve a idade de 12 anos para os veículos pesados, especiais. A gente aumentou um ano a idade do veículo padron, o médio, para 11 e o leve a gente aumentou para 10 anos. Todos eles são limitados a um milhão de quilômetros. A gente vai deixar claro isso no edital, porque é o que a norma de fabricação de ônibus urbano cita. O fabricante tem que dar garantia do veículo pelo mínimo de um milhão de quilômetros como testado na norma, então mais ou menos a quilometragem que o veículo faz para que o veículo chegar a um milhão de quilômetros é mais ou menos esse tempo. E como veículo articulado, veículo especial ele roda um pouquinho menos que o outro que os veículos padrão, então ele tem uma idade um pouquinho maior de 12 anos. A gente tem hoje na Idade Média operando lá no início do ano de seis anos pelo edital de licitação era quatro, depois em determinado momento foi passado para 5 e depois do último acordo judicial que teve ali em 2017 passou para seis anos e aí no início, agora em janeiro a gente estava com uma frota de seis anos.⁸ No novo edital, a gente vai permitir até sete, sendo flexível de cinco a sete. Então a planilha que a gente vai para propor no início de sistema tem uma média de sete anos, que daí, obviamente, tem um impacto direto na tarifa. Quanto mais nova a frota maior a remuneração que tu paga dos veículos, em cima dos veículos que estão com o preço menos depreciado, então, a gente aumenta a tarifa. Então é uma questão muito... É uma questão que impacta diretamente na tarifa. Então a gente tem essa flexibilidade de cinco a sete. A gente pediu no edital que não se colocasse menos que cinco anos. Qualquer empresa que venha a ganhar edital não pode vir com uma frota de menos de cinco anos exatamente por que da primeira revisão tarifária que vai ter, depois do início do sistema, daria um impacto muito grande na tarifa. Então tem essa média de cinco a sete. Bom, como são dois lotes, em caso de haver duas empresas distintas operando o sistema, a gente vai ter que ter uma câmara de compensação tarifária. Câmara de compensação tarifária é um instrumento usado em todos os locais onde tem transporte coletivo, onde tem mais de uma bacia operacional. E é uma coisa absolutamente simples

⁸ Vera Rassier (registro e conferência)



que a gente divide todo o sistema em duas bacias e calcula o custo de participação do mercado de cada uma das bacias operacionais, baseado na quilometragem, baseado no número de passageiros e tal de cada linha. Partindo disso, então, cada empresa tem um cálculo de percentual de participação de mercado. A câmara de compensação tarifária nada mais é do que pegar toda a receita do sistema e dividir entre as duas possíveis empresas, as duas empresas que estariam operando o sistema, de acordo com o percentual de participação do mercado de cada uma. Aqui é só uma forma de mostrar como é feito o cálculo do custo do sistema. Tem o custo quilométrico um, vezes a quilometragem planejada do lote um, tu vai ter o custo do lote um. O custo quilométrico calculado do lote dois, vezes a quilometragem planejada do lote dois, tu vai ter o custo total do lote dois. Aí partindo desses dois custos, então, tu tens o custo do lote um que correspondente ao percentual do custo total e o custo do lote dois é um percentual do custo total, que é exatamente a participação de mercado. Então em um exemplo aqui, só para entender o que é a câmara de compensação tarifária, se a participação de mercado calculada da empresa “A” for 52% e a participação de mercado calculada para a empresa “B” for 48%, a gente faturar em um determinado período da concessão R\$ 1 milhão, a empresa “A” teria direito a R\$ 520 mil e a empresa “B” R\$ 480 mil. Se no período for realmente faturado, por exemplo, pela empresa “A” R\$ 450 e pela empresa “B” R\$ 550, então, a empresa “A” teria que receber mais R\$ 70 mil da empresa “B” e aí equilibraria de acordo com a participação do mercado de cada uma, R\$ 520 e R\$ 480. Certo? (Manifestação sem uso do microfone.) Depois, a gente abre para perguntas. Vamos lá. (Manifestação sem uso do microfone.) Pessoal, me deixa apresentar e depois a gente conversa, pode ser? Eu não precisava estar aqui. Eu estou aqui de boa vontade para tentar melhorar a situação do transporte aqui. Eu sou funcionário de carreira.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Não te preocupa, Daniel. Segue a apresentação.

VEREADOR RENATO NUNES (PRB): Questão pela ordem, senhor presidente. Eu gostaria que o senhor mantivesse a palavra dos convocados, do secretário e do servidor técnico, por gentileza, se possível.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Está assegurado sim. Eu pediria que ninguém fizesse interpelações e colocações agora, que deixassem para depois no momento oportuno. Daniel, tenha a bondade.

SR. DANIEL RECH: Obrigado. Então a gente acrescentou também no nosso sistema, a gente vai acrescentar as linhas de transporte intramunicipal. Que hoje as linhas do transporte intramunicipal, como se sabe elas estão com dificuldade de operação. Houve uma redução de passageiros no perímetro rural do município. Então a gente vai agregar essas linhas também nesse sistema de transporte coletivo urbano, que no caso a gente vai chamar de transporte coletivo semiurbano, que é a mesma coisa das linhas intramunicipais. Então é para atender aquelas regiões fora da área do perímetro urbano do município. A gente vai usar para a maioria delas a Estação Ana Rech, que está em fase de implementação. Então assim que terminarem os contratos atualmente vigentes dessas empresas, essas linhas vão ser incorporadas pelo sistema novo de transporte coletivo. A tarifa é diferenciada, não é a mesma tarifa geral do sistema, e tem marcos tarifários como é atualmente.⁹ Então quanto mais longe a pessoa andar maior é a tarifa de cada uma das vias. Aí vai ter as linhas, pode passar. São essas linhas, as linhas do transporte intramunicipal, são as linhas que já existem hoje, Fazenda Souza e Vila Oliva, Santa Lúcia do Piaí, Loreto, Nossa

⁹ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)



Senhora Aparecida, São Gotardo, Criúva e vai ser incluída a linha da 3ª Léguas, que é uma linha que hoje é atendida pela linha Nossa Senhora das Graças, transporte coletivo público urbano, entretanto, ela vai até uma região que fica fora do perímetro urbano do município. Então a gente vai colocar essa linha como linha intramunicipal. Transporte especial para pessoas com deficiência que vai ser modificado um pouquinho também, que é aquele transporte que atende pessoas por agendamento, que eles chamam de transporte porta a porta. Então atende usuários que possuem acesso as linhas regulares do sistema que possuem restrições que a impeçam de utilizar. Então se a pessoa não tem nenhuma linha do transporte regular que atenda ela, é uma pessoa com deficiência ou dificuldade de mobilidade a gente tem essa opção do transporte que vai buscar a pessoa e leva até determinado local. A gente vai restringir, tentar restringir um pouquinho o serviço para que a pessoa possa ser atendida apenas para serviços essenciais, básicos de saúde ou educação porque a pessoa teoricamente não pode pegar essa linha para se deslocar até o shopping, por exemplo, para fazer compras. Não que não pudesse, mas é que tem uma fila muito grande de pessoas querendo usar o serviço. Então a gente vai ter que restringir ele ao que for de caráter essencial. Então aqui está dizendo que tem 200 pessoas que são atendidas hoje por esse transporte e outras 250 aguardando. Então ele vai ser um pouquinho ampliado. Tem quatro ônibus atuando hoje e vai ter quatro ônibus em um dos lotes operacionais. Então vai passar para oito ônibus, cada bacia operacional fica com quatro. Ao longo do contrato, está previsto no edital, não vai ser solicitado, nesse primeiro momento, por exemplo, ônibus elétrico, híbrido ou qualquer coisa desse tipo, mas está previsto a possibilidade, futuramente, ser acrescentado no sistema. A gente está tentando solicitar algumas ferramentas de controle de fiscalização mais rigorosos um pouco. Todos os ônibus já são hoje, da Visate, equipados com GPS, vão continuar sendo. A gente vai pedir relatórios um pouco mais detalhados. Pode ser instalado, também não vai ser instalado nesse primeiro momento, a questão do Wi-fi e ar condicionado. Publicidade, já tem hoje a possibilidade de publicidade no Busdoor do ônibus e a bilhetagem eletrônica fica a cargo da empresa concessionária. Hoje vai continuar, num primeiro momento, assim com as empresas concessionárias porque para o município se apropriar da bilhetagem eletrônica, que é o ideal, é necessária uma estrutura de venda de bilhetes, uma estrutura de cadastramento muito grande que a gente realmente não tem. Bom, é isso, por enquanto. Isso é o que vai mudar em relação ao que a gente está propondo em relação ao que tem hoje. Por isso que é curta, as linhas permanecem os mesmos itinerários, número de passageiro prevista é o mesmo. Na verdade o sistema é o mesmo, a gente está inventando a roda aqui... 79 linhas. Mais as intramunicipais, então vão ficar 85.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado, Daniel. Nós vamos abrir os questionamentos dos nossos vereadores. Relembrando que a colocação de cada vereador não pode passar de três minutos e a réplica também não pode passar de três minutos senão nós vamos sair daqui à meia-noite. Vereador Edio Elói Frizzo o primeiro.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Presidente, o atual prefeito se elegeu em cima de duas grandes bandeiras colocadas para a população: A primeira era uma lava-jato nas planilhas da Visate; e a segunda era acabar com o monopólio. Essa proposta, como ela foi colocada aqui, primeiro, na acaba com o monopólio, está propondo simplesmente a divisão em dois lotes. E a tal da lava-jato nas planilhas da Visate não passou de um conto de fadas, não acharam nada, não comprovaram nada até agora. Secretário,¹⁰ tecnicamente, eu nem vou fazer essa discussão com o engenheiro Rech, porque isso já é fato

¹⁰ Leandro Ribas (registro e conferência)



consumado na cidade, na medida em que você estabelecer dois lotes, principalmente com um sistema troncolizado que nem o nosso, ele, obrigatoriamente, vai aumentar os custos. Não tem como baixar custos. São dois sistemas, duas garagens novas, duas estruturas administrativas novas, a exigência de câmara de compensação tarifária com custo maior, eu entendo, e pela premissa colocada pelo técnico, pelo engenheiro Rech, é ordem do prefeito, tá? É ordem do prefeito. Ordem do prefeito que quer dar a falsa ideia de que, estabelecendo dois lotes, um sistema leste/oeste deficitário e um sistema norte/sul altamente lucrativo na medida em que hoje a EPI Imigrante e Floresta representa 40% da arrecadação de sistema, portanto, vai ficar no lote norte/sul, obviamente que é uma proposta que vai contra os interesses da cidade. Então, secretário, com todo respeito a V. Sa., e sei do esforço que o senhor tem feito nesses três anos de atender bem a nossa população, o senhor é um dos poucos secretários que recebe elogio de parte das Associações de Moradores, há esse reconhecimento nosso, mas eu acho que os senhores se sentem mal fazendo a defesa dessa proposta suicida para a cidade. Vai gerar um ônus enorme para Caxias do Sul. Há uma... Pelo estudo apresentado, já concluindo, senhor presidente, pela NTU, e aqui são dados inquestionáveis, nos últimos 10 anos, nós tivemos uma redução de 33% de passageiros. Estabelecimentos de mais de um lote é recomendado para cidades com mais de um milhão de habitantes, não uma cidade de 500 mil habitantes que teve uma redução significativa do número de transportes de pessoas, como a nossa de 33% na redução do número de passageiros diariamente. Então, como é que V. Sa. justifica que haveria uma redução de custos com essa proposta, se tecnicamente não tem como isso acontecer?

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Secretário.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Muito bem, vamos começar primeiro com acabar com o monopólio. Eu estou aqui como... Eu fiz questão de trazer aqui o plano de governo do prefeito Daniel Guerra. Ele está disponível no site do TRE. O plano de governo, no eixo mobilidade, diz o seguinte: Incentivar a concorrência de prestadores de serviço no transporte coletivo urbano. Incentivar, perdão, incentivar a concorrência de prestadores de serviço no transporte coletivo urbano. Por que é tão importante incentivar a concorrência do transporte coletivo urbano? (Manifestação sem uso de microfone.) Já vou explicar, vereador. Já vou, já vou explicar. O que acontece é o seguinte: no momento da licitação, vereador Frizzo, no momento da licitação, o cálculo, é montado um cálculo tarifário, é montado um cálculo tarifário que, neste momento, já é mais baixo do que o cálculo tarifário atual, ou seja, a própria tarifa da nova licitação já vai ter tarifa mais baixa do que a tarifa agora. Atualmente é 4,25. A Visate já protocolou um novo aumento, e o que eu estou vindo aqui apresentar para os senhores e não posso abrir os dados ainda, porque isso são dados da licitação, ou seja, eu não posso tornar público antes que seja o momento oportuno, é uma tarifa mais baixa do que os 4,25 ofertados hoje. Então, obviamente, a quebra do monopólio, ela é essencial para a concorrência. (Manifestação sem uso de microfone.) Eu já vou lhe explicar, vereador Frizzo, o senhor me permite? O que acontece é o seguinte: a gente vai ter duas bacias. Primeiro, deixa eu explicar para vocês como trabalha o transporte coletivo. Eu estou há três anos à frente da Secretaria estudando o transporte coletivo arduamente, visitando cidades, diversas cidades para ver como funciona o transporte coletivo. E o que acontece é o seguinte: existe uma situação de que, para que a empresa de transporte coletivo que opera numa outra cidade possa vir para a nossa cidade, por exemplo, precisa se abrir espaço para ela. Porque senão ela não vem concorrer. Se a gente tem a Visate estabelecida nessa cidade,¹¹ nenhuma empresa vai vir concorrer aqui. Por quê? Porque já existe uma

¹¹ Simone Moreira (registro e conferência)



empresa estabelecida. A gente só abre para que outras empresas venham quando se divide em bacias, quando se divide em lotes. Isso não quer dizer, vereador Frizzo, que se quebre de fato um monopólio. Eventualmente pode ser que a mesma empresa de transporte coletivo ganhe as duas bacias. Isso pode acontecer, porque legalmente à prefeitura, o poder público não pode impedir que uma outra empresa participe desse lote. Essa é uma condição. Eu não posso impedir que outra participe, porém, eu preciso abrir esse espaço para que outras venham. A partir do momento que outras empresas venham, acontece a concorrência. Essa concorrência ela não acontece entre linhas como muitas pessoas pensam. Muitas pessoas pensam: no meu bairro vai ter um ônibus vermelho e um ônibus azul. Não vai ter isso. A concorrência se dá no momento da licitação. É ali que as empresas brigam por uma tarifa mais baixa que vai acabar beneficiando a população, isso com relação... (Esgotado o tempo regimental.) Eu não sei como funciona, eu posso seguir falando? A pergunta foi grande eu faço questão de responder detalhadamente, não deixar ninguém sem resposta no dia de hoje.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Gustavo Toigo.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Bom dia, presidente. Minha saudação ao secretário municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, Cristiano de Abreu Soares ou Soares de Abreu, o Daniel Reck também, diretor técnico da pasta, que veio fazer algumas considerações a respeito da nova licitação que se pretende para o transporte coletivo em nosso município. Três questões secretários. A primeira situação nós percebemos uma grande movimentação da pasta que o senhor comanda no sentido de fazer um estreitamento, um movimento comunitário de nossa cidade para a construção desta licitação. Nós primamos pela participação popular daqueles que realmente sentem na pele o que são as demandas, as necessidades de suas comunidades. O alcance que tem para os trabalhadores, para os estudantes, então eu quero que o senhor me responda se justamente foi à comunidade, através dos seus líderes, dos movimentos, das Amobs têm participado das novas discussões deste que se pretende um novo certame licitatório dividindo o município em duas bacias: leste, oeste, norte e sul. Nesse sentido vem a segunda pergunta. Como em tese as linhas vão ser as mesmas? Supostamente se duas empresas vierem a ganhar o processo licitatório as mesmas irão percorrer a área central, nós vamos ter que instituir uma câmara de compensação. A minha pergunta é: como a secretaria está tratando isso? Já existe uma minuta de uma nova estrutura administrativa? Como vai ser a contratação das pessoas que vão atuar junto a essa câmara de compensação? Nós temos um anteprojeto disso já captado. E por último, justamente, eu gostaria de saber como que a secretaria está tratando as gratuidades do transporte coletivo, tendo em vista que elas impactam fortemente no custo da tarifa. Os usuários é que pagam e nós não percebemos apresentação do diretor técnico. Como que a secretaria vai trabalhar isso? Nós temos uma infinidade delas, muitas são justas, outras precisariam de uma equação, outras poderiam deixar de existir justamente para isso, para nós termos um barateamento na tarifa do transporte coletivo. De resto já estou contemplado com a fala do vereador Elói. Obrigado, presidente.

SRENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Vereador Toigo, eu peço licença para seguir o questionamento do vereador Frizzo, porque como eu falei, eu não gostaria de deixar ninguém sem resposta no dia de hoje. A respeito da Lava Jato, vereador Frizzo, gostaria de lhe informar o seguinte. Em 2017 quando eu cheguei a tarifa era 3,40 e existia na minha mesa um processo já aprovado pela administração anterior de um reajuste tarifário de 4,25. Esse reajuste é 25%. A partir deste momento, começamos a Lava Jato, 4,25 é a tarifa que está hoje três anos depois, mas, mais do que isso, é preciso



fazer um pouco do histórico. A gente quando começou em 2000, vereador Frizzo, com uma licitação, em 1999 na verdade, a licitação ela tinha uma série de falhas. Não tinha falhas, porque quem fez, fez errado, porque era a primeira licitação que o Estado fazia, uma das primeiras do país. Então imagine a dificuldade que esse técnico teve naquela ocasião. Nos dias de hoje aquela licitação¹² tem fortes indícios de direcionamento. Olhem o que eu estou dizendo, nos dias de hoje, se a gente publicasse uma licitação como aquela, teriam fortes indícios de direcionamento, mas isso eu tenho certeza que foi porque era a primeira que estava se fazendo. Aí em 2009, essa licitação foi revisada. O que me chama a atenção é em 2009 a gente ter mantido nessa nova revisão de licitação exatamente com as mesmas falhas, com as mesmas falhas de fiscalização. O primeiro ponto que eu chamo a atenção é que em 2009... Primeiro, como é que calcula a tarifa? A tarifa é o custo total do sistema dividido pelo número de passageiros. Todo mundo sempre olha o custo, mas ninguém olha o número de passageiros. Estranho, não é? Estranho que desde 2000 até 2017 a Secretaria de Trânsito não tinha acesso ao controle do número de passageiros do transporte coletivo. Isso é de estranhar muito e é de estranhar mais porque em 2009, eu vou apresentar para os senhores e eu posso deixar aqui as cópias, caso necessário. Em 2009, a Dra. Janaína De Carli fez uma recomendação ao prefeito municipal da época para que controlasse, está aqui a recomendação da Dra. Janaína, eu posso deixar disponível para quem quiser ver depois, em 2009, a Dra. Janaína De Carli dos Santos recomendava ao prefeito municipal que controlasse o número de passageiros. E isso não foi controlado. Em 2014 e em 2015, esse técnico que senta comigo aqui, que é um diretor de carreira, o qual cumprimento pelo profissionalismo de anos, ele alertou aos secretários que o número de passageiros tinha desvios, desvios na ordem de 5%. Vocês sabem o que isso significa? Significa que se botar 5% a menos de passageiro, o impacto disso na tarifa é de R\$ 0,12. Ele chamou a atenção disso, dizendo: “São doze centavos que estamos cobrando a mais da população por conta da falta de controle do número de passageiros”. Isso é um absurdo. Aí começa a Lava Jato. Em 2017, foi uma exigência da secretaria, foi uma exigência minha como secretário que tenho uma vida pregressa, não trabalhando no poder público, trabalhando na iniciativa privada, a qual eu pretendo voltar quando passar esse meu período como secretário sem nenhuma mácula, foi minha exigência ter o controle do número de passageiros. Coisa que a Visate disponibilizou para nós com muita dificuldade em 2017. Quer dizer, por que eu como secretário consegui isso e, em 2009, quando já estavam acontecendo problemas... Na verdade os problemas eram contados desde 2003, essas diferenças. O que o nosso agente fazia? O que o nosso diretor fazia? Ele andava no ônibus e ficava acompanhando o número de passageiros, anotando na planilha e quem informava o número de passageiros era a Visate. A Visate dizia: “Transportei 200 pessoas”. Só que daí o diretor estava lá dentro e dizia: “Não, não foram 100, foram 5%, foram 95, por que ele disse que era 100”. Cinco passageiros, parece, não faz a diferença, mas a diferença são doze centavos. Doze centavos é um estrago milionário. Isso gera milhões, então, isso é muito grave. Então sim a Lava Jato aconteceu, vereador Frizzo, e eu tenho muita tranquilidade de dizer que esta administração não ia deixar esse tipo de coisa passar. Então exigimos a partir daí...

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Só um pouquinho que nós estamos invertendo um pouco a situação. Nós vamos pedir o seguinte, que a gente não repita depois questionamentos. Vamos tentar economizar alguma coisa. Então eu pediria aqui agora que tratasse do assunto do vereador Toigo e depois nós vamos tentar dar um segmento normal.

¹² Vera Rassier (registro e conferência)



VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Questão de ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Pois não.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Senhor presidente, eu gostaria que o tempo do secretário não fosse regrado, para que fossem bem explicadas as perguntas que são feitas para ele.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Eu acho interessante a sua colocação, só que foi combinado com todos os vereadores o ritual, o procedimento. Então é difícil. Bem, eu vou pedir, vamos tentar equacionar a coisa da melhor forma possível. Vamos pedir que o secretário trate agora do posicionamento do vereador Toigo. Depois, aqueles que já iriam sendo contemplados, que se sintam contemplados, podem economizar esse tempo aí; podem abrir mão.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Só finalizando, então, dizer que essa nova licitação obviamente tem uma série de controles. Nós não permitiríamos uma licitação sem controle, aprovada em 2009 e revalidada em 2010, da forma como foi feita. Esta administração não ia permitir isso. Vereador Toigo, respondendo...

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Caso Toigo.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Vereador Toigo, respondendo aos seus questionamentos com relação às gratuidades. Esta administração não tem interesse em reduzir gratuidade e eu vou lhe explicar por que. Eu provo¹³ para que a gente veja qual cidade reduziu a gratuidade e reduziu a tarifa. E sabe por que não acontece isso, vereadores? Porque... Eu também tenho uma visão liberal nesse tipo de coisa e acho que a gente não pode onerar o usuário do transporte coletivo, mas ao mesmo tempo todos os raciocínios que se montam dizendo: Olha, a gente tem 30% de gratuidades. Esses 30% de gratuidades gerariam uma economia ou uma tarifa mais baixa de tantos por cento. Isso é uma falha gigantesca porque isso parte de uma premissa que esses 30% que andam gratuitamente começariam a pagar passagem e na verdade não é o que acontece. Se a gente cortar a gratuidade dessas pessoas sabe o que vai acontecer? Elas não vão usar. É isso que acontece. Isso não impacta na tarifa porque a tarifa é calculada usando todos os custos e dividindo pelo número de passageiros pagantes. Então se o número de passageiros pagantes não crescer não muda nada. Por esse motivo muitas cidades têm cortado o número de gratuidades e não tem sentido o impacto positivo. Então essa administração entende que não é interesse cortar, a gente acha que é um direito muito importante da população e a gente não pretende mexer. Então lhe respondendo a nossa administração não mexerá em nenhuma gratuidade. Com duas empresas... O senhor tinha comentando sobre a câmara de compensação. A câmara de compensação, na verdade, é algo muito simples, é uma planilha de Excel. A gente aqui está imaginando uma mega estruturada que vai gerar custos com pessoas administrando isso. Na verdade não, vereador Toigo, o que acontece, e o nosso diretor pode confirmar aqui, a câmara de compensação nada mais é do que uma planilha de Excel, é simples assim. É uma planilha de Excel que vai pegar informações, como lhe mostrou, se desse para mostrar o slide, aquele que trata da câmara de compensação, agradeceria, se não tiver como não tem problema. Isso. Mas o que ela faz? Ela vai ter premissas de quanto cada empresa deveria ganhar baseado na proporcionalidade do lote. Então, conforme isso for ora uma empresa dá dinheiro para uma, ora outra empresa dá dinheiro para outra. Quem fiscaliza e regra isso? Quem fiscaliza e regra isso é o poder público, são os diretores de carreira da secretaria que através de uma planilha de Excel consegue fazer esses controles. Claro que somado a isso todos os

¹³ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)



controles necessários. Como eu disse, o edital atual não prevê controle do número de passageiros, controle do próprio GPS porque eu preciso ainda informar para vocês mais um dado, que é um dado importante também, o custo do quilômetro da empresa de transporte coletivo atualmente é R\$ 6,00. A cada quilômetro que a empresa de transporte coletivo anda na cidade são R\$ 6,00. O que acontece? A Secretaria de Trânsito já multou mais de 400 vezes. Não faz isso porque tenha ódio da Visate, não é nada disso, a gente tem uma função de defender a população para que as voltas não sejam falhadas, não sejam não cumpridas. Quer dizer, a gente quando paga a passagem quer que, lá para o Eldorado, lá para o Serrano, tenha 20, 30 volta. A gente quer que as 20, 30 voltas sejam cumpridas. Eu não quero pagar a minha passagem considerando que vão ter 30 voltas para o Serrano e não ter 30 voltas para o Serrano. Não pode ter 20. O que acontece? A população ligava antes na Visate. Olha o absurdo! A população ligava no 0800 da Visate. Quer dizer, vai reclamar para a empresa de transporte? Não. Em 2017 nós implementamos, em agosto, que a reclamação tem que ser para a Secretaria de Trânsito porque dessa forma eu consigo ir de uma forma certa em qual linha, em qual local está acontecendo a falha e aí a gente fiscalizou. A partir dessas fiscalizações, 400 multas, mais de 400 multas, foram emitidas por conta desse tipo de falha.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Fiuza.

VEREADOR ELISANDRO FIUZA (REPUBLICANOS): Obrigado, senhor presidente, senhoras e senhores vereadores. Primeiramente agradecer a gentileza, secretário, da sua vinda aqui. Mas de uma forma bem sucinta, bem simples, ainda nessas informações que através do técnico Daniel, que também cumprimento, sobre o trabalho de compensação. A minha dúvida é a seguinte, quanto o senhor fala a respeito de que uma empresa possa ter um pouco menos de valores, qual é a garantia que essa outra empresa estará compensando a outra concorrente? Havendo duas. Qual a garantia dessa devolução? E se por acaso na interpretação dessa empresa que ela tenha compensar a outra qual é a garantia que se tem de que isso vai ocorrer e se há alguma penalidade ela não querendo aceitar essa devolução. Muito obrigado.¹⁴

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Bom, a compensação se dá fiscalizada pela Secretaria de Trânsito, vereador Fiuza. Então, se uma empresa, por exemplo, usando aquele exemplo que nós havíamos comentado, imagine que uma empresa tenha um lote de 52% e a outra empresa um lote de 48%, se elas não tiverem esses ganhos proporcionais, a compensação acontece pela Secretaria de Trânsito. É ela que determina, conforme edital de licitação, com penalizações, obviamente, para que compense. Isso vai ter um período estabelecido, a gente ainda não avaliou se é de 15 em 15, se é semanalmente, mas isso vai ser avaliado de tempos em tempos, e, sim, garantindo que essa compensação aconteça tanto para uma empresa quanto para outra. Mas como eu falei, dentro do mais rigoroso controle. Não pode acontecer como vinha acontecendo que a quilometragem era solta. A gente não tem... Só para vocês terem uma ideia, a Secretaria de Trânsito não tem, é uma ferramenta simples. A Visate tem, nós já pedimos, não ganhamos. Olha, como funcionam as coisas. A gente não tem um indicador de cumprimento de viagem. Quer dizer, como eu vinha dizendo, são 7.700 viagens que a empresa concessionária faz. Dessas 7.700 viagens, eu não sei quanto, de fato, ela cumpriu. Eu sei pela reclamação da população que liga no Alô, Caxias e diz: "Olha, meu ônibus deveria ter passado no horário tal e horário tal e não passou." E aí a gente vai lá com o agente de trânsito e faz fiscalização. Então, é com esse refinamento de informações, de fiscalizações que a gente consegue garantir a segurança para as empresas, caso sejam

¹⁴ Leandro Ribas (registro e conferência)



duas empresas. Como falei, vamos abrir para duas, não existe garantia que serão duas. Mas é dessa forma que a gente garante a compensação.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereadora Gladis.

VEREADORA GLADIS FRIZZO (MDB): Senhor presidente, eu gostaria de cumprimentar aqui também o secretário Cristiano de Abreu e o engenheiro técnico Daniel Rech. Bem, essa licitação, para acabar com o monopólio, vamos dizer assim, trará alguns benefícios? Eu estou preocupada com o usuário. Por exemplo, a integração, porque hoje eu pego um ônibus lá no Desvio Rizzo e vou até Ana Rech, se houver duas empresas, vai haver a integração? E de que forma vai ser trabalhado isso? Outra pergunta que eu tenho é referente ao que o Daniel colocou aqui sobre os deficientes. Eu não tenho totalmente o conhecimento dessa linha, por exemplo, esse deficiente, eu tenho um deficiente visual, ele mora num local onde não tem a linha do ônibus, ele pode chamar e ter, pode usar essa linha especial? Isso eu gostaria de saber. E também, tendo essas duas empresas, dividido em dois lotes, haverá um aumento de ruas beneficiadas com mais... A linha será a mesma, mas que ela se estenda para mais ruas em loteamentos? Porque nós temos na cidade, hoje, muitos loteamentos ainda que não estão sendo beneficiados com o transporte coletivo. As pessoas precisam se deslocar muitos quilômetros para poder pegar o ônibus. Então essa é a minha pergunta, secretário.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Muito bem, vereadora Gladis, a integração, sim, é garantida. Não muda nada. A compensação tarifária compensa. Eu ouvi muitas pessoas falando, inclusive, da integração tarifária, dizendo que “com duas empresas perdem, porque Bento Gonçalves tem duas empresas e não tem integração.” Não tem nada a ver. Bento Gonçalves não tem a bilhetagem eletrônica, por isso não consegue fazer integração. Caxias do Sul já nasce com o sistema, com bilhetagem eletrônica. Então está garantida a integração. Pode ter a tranquilidade disso. Com relação à linha porta a porta, ela atende pessoas com alguns CIDs e pelo critério de renda também. Então, a partir disso, já existe uma fila de 250, como o Daniel explicou, de 250 pessoas na fila, a gente pretende colocar essas pessoas também no sistema. A gente não pode deixar de fora. Essas pessoas estão fora do sistema há muitos anos e precisam ser bem tratadas. A gente vai trazer esse pessoal para dentro do sistema. E com relação ao aumento de ruas, claro, o ideal seria, mas o que vai acontecer é o seguinte: a gente vai ter os mesmos 320 ônibus que se tem hoje vai se manter com os dois lotes operacionais. Então¹⁵ as linhas vão ser as mesmas. Então não há em termos técnicos uma grande mudança daquilo que se tem hoje. O que a gente permite com essa licitação é abertura para as novas possibilidades. Como o Daniel falou: ônibus elétrico, isso pode ser pensado no futuro, o *wi-fi*, ar condicionado. Uma série de melhorias pode ser implementadas a qualquer momento por exigência da Secretaria de Trânsito.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Rafael Bueno.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Bom dia, secretário. Têm alguns questionamentos aqui, secretário, sobre... Primeiro eu gostaria de saber se vocês já têm uma previsão do cálculo tarifário já para o ano que vem. Se já tem uma expectativa do aumento da tarifa? Se o senhor puder dizer como está sendo feito o cálculo, principalmente na sobreposição dos troncais no caso norte, sul, que se sobrepõe leste e oeste ali na Sinimbu. Como fica o embarque dos ônibus ali que tem o mesmo destino? Então essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta é que as empresas que exploram os intermunicipais o Município pretende quebrar ou ceder ou encerrar o contrato com essas empresas aí que há anos prestam serviço no

¹⁵ Simone Moreira (registro e conferência)



interior da cidade. Essas intermunicipais? A outra coisa, secretário, e aqui o senhor fez uma afirmação que eu acho que é muito grave, uma acusação que o senhor fez sobre os 5% da Visate que há uma manipulação de dados de 5% do número... E que isso faz parte da Lava Jato das planilhas da Visate. Se o senhor puder deixar isso com o presidente da Câmara de Vereadores para que a gente possa ter acesso a esses dados, porque isto aí é um assunto muito grave. E quando o vereador Togo fez uma pergunta, um questionamento sobre as gratuidades e o senhor também na sua fala respondendo ao vereador Frizzo, o senhor não pode esquecer que na gestão passada teve o abatimento do ISSQN que reduziu as tarifas de ônibus e essa gestão não manteve. Se mantivesse, com certeza nós teríamos redução de valores. E uma tendência judicial, um futuro Managbosco, quem sabe, que será impactado ali na frente que o município já perdeu em liminar, porque não houve o reajuste lá em 2017 na tarifa do ônibus. E aí então o município teve que fazer recentemente esse aumento. Se o senhor puder deixar esse documento com o presidente Flavio Cassina para que a gente possa olhar. Nós não podemos cometer uma irresponsabilidade novamente de não dar um aumento na tarifa do ônibus que é um cálculo estabelecido em contrato. Como não foi feito em 2017 e talvez em poucos anos o município terá um outro passivo aí pela frente. Então se o senhor puder responder principalmente essas duas perguntas e deixar esse documento. Esse é o nosso questionamento.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Vereador Rafael, com certeza a gente deixa. Na verdade não é um documento. São cinco. Os diretores da secretaria vinham chamando atenção desses desvios na quantidade de passageiros transportados há muito tempo. Tanto que em 2009, como comentei, a promotora Janaína ela chamou atenção recomendando o prefeito municipal que olhasse isso com extremo cuidado, em 2009 e apenas em 2017 teve o controle disso. Em relação ao aumento da tarifa já foi protocolada. A empresa concessionária já protocolou, isso que nos chama atenção, porque a tarifa de agora, como eu já falei, vai ser mais baixa. Ela já parte mais baixa sem a concorrência, o que dirá com a concorrência. E a empresa concessionária já está pedindo um novo reajuste tarifário. O que vai fazer ficar ainda mais discrepante o valor pago atual pela empresa, caso o aumento aconteça, frente ao valor da nova licitação. Então essa mensagem eu gostaria de passar para a população. A próxima licitação tem sim tarifa mais baixa, fiquem tranquilos. Essa administração obviamente não deixaria de cuidar disso. Com relação à troncalização, vereador, não tem nenhum empecilho, pode passar o ônibus vermelho, o ônibus azul, o usuário vai poder pegar de qualquer forma como já havia respondido para a vereadora Gládis. Em relação a intermunicipal, não vai ser quebrado. O intermunicipal ele tem um prazo de validade diferente para cada uma das empresas, então a gente vai obviamente manter os contratos e conforme os contratos forem vencendo o transporte intermunicipal, o transporte coletivo urbano, vai absorvendo essas novas empresas. Essa absorção vai garantindo coisa que atualmente não se garante que são as gratuidades dos idosos que nós já debatemos. Eu já vi vocês debatendo aqui diversas vezes. A gratuidade do idoso é garantida. A forma de pagamento de tarifa. Não vai ser a mesma tarifa do transporte coletivo obviamente porque não pode onerar o transporte coletivo, é uma tarifa mais cara. Como o Daniel disse: quanto mais longe for, mais¹⁶ cara fica a tarifa, como é a tarifa atualmente do transporte intramunicipal. Isso não muda. Com relação... Eu acho que foi isso, acho que eu respondi todas. Se eu não tiver respondido, o senhor, por favor, me pergunte de novo.

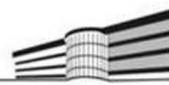
PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Kiko Girardi.

¹⁶ Vera Rassier (registro e conferência)



VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Primeiro, bom dia, Daniel. Tenho o prazer de na outra administração ficar pouco tempo lá na secretaria. Eu vi que todos os técnicos e engenheiros trabalham exaustivamente por nossa cidade. Secretário Cristiano, já foi dito pelo respeito que esta Câmara tem pelo senhor. Não vai ter muito questionamento, porque os vereadores já fizeram, mas a minha preocupação, não estou entendendo e a população não vai entender. Eu peço, segurem, voltem atrás. Essa compensação, como é que uma empresa tendo dinheiro no caixa dela como é que ela é obrigada a passar para outra? Se existia lá na frente, vamos colocar, falar mais coisas, algum processo judicial onde a justiça bloqueia os bens, a outra empresa vai ficar com o prejuízo. Isso vai ser muito complicado, vai ser muito complicado. Então nós não estamos conseguindo entender. Até vou marcar uma hora dessas uma reunião para poder entender, para poder explicar à população. Essa decisão já foi dito, do governo. Eu queria se os técnicos da secretaria, se o senhor tem o poder também de chegar e dizer: “Não está certo”. Porque se vai ordem de uma pessoa que não estuda, que não sabe do que acontece na realidade mesmo, ela tem que ser ouvida e respeitar a opinião de quem vive a realidade, de quem tem experiência, de funcionários de carreira. Como o senhor mesmo disse, o senhor entrou ali e vai sair para a iniciativa privada. Então o senhor aprendeu com os funcionários de carreira. Então tem muitas coisas aí que eu vou querer marcar uma reunião para poder entender porque a população nos cobra. Só dizer que não vai ter monopólio, a população está sendo enganada, está sendo omitidas informações para ela. Então, secretário, ficam muitas dúvidas. Eu vou marcar e espero que o senhor me entenda, que os técnicos me atendam para poder explicar na sociedade. Mas acredito que isso daí vai dar muita reviravolta e o monopólio, como se diz, que é uma palavra até chata de usar, vai ser a empresa que ganha nas duas operações, pode ser a mesma, e eu quero ver como se explica para a população.

SR. CRISTIANO DE ABREU SOARES: Essa pergunta é muito fácil de responder, vereador Kiko. A quebra de monopólio, se a gente abre para as novas empresas, acontece essa quebra de monopólio. Então não há nada... (Manifestação sem uso do microfone.) Mas se quebra. Mas para isso, vereador Kiko, para isso tem que abrir a possibilidade de ter duas empresas. Se a gente partir com uma licitação informando ao Brasil que apenas uma empresa vai concorrer, não vai ter concorrência. O senhor fique tranquilo. Só vai vir a Visate. Quero lhe dizer também que, pensando no interesse público, eu imagino que todos os vereadores defendam essa possibilidade de abrir duas bacias, porque quanto mais se abre para que outras empresas concorram mais barato fica a tarifa. Então é uma questão de interesse público. Este secretário está aqui defendendo o interesse público. Com relação à câmara de compensação, a licitação tem poder de lei. Ela vai definir ora para um, ora para outro. Isso não tem como uma empresa não querer entregar o recurso financeiro para outra. Se isso não existe. Isso é aplicado no Brasil todo. Aproveitando inclusive que o senhor diz, e ainda lembrando uma pergunta do vereador Frizzo que chamou a atenção do parecer técnico, que parece que foi um parecer técnico que a empresa concessionária solicitou, parece-me, eu não tenho certeza, mas parece que foi um parecer técnico... Eu gostaria de frisar algumas falas. *Em nenhuma parte existe qualquer tipo de orientação ou limitação quanto à definição do lote operacional. Não estabelece em qualquer referência a característica operacional.* Quer dizer, não existe em nenhum local, parecer jurídico do parecer técnico dizendo... Em nenhum local diz que pode ou não pode. Não existe regramento. Na análise técnica do parecer técnico: *não existe um método único a ser aplicado.* Quer dizer, qual é o medo? Qual é o medo que a gente tem que abrir para dois lotes se é bom para a população, se fica a tarifa mais baixa, onde é que está a preocupação? *Não tem receita de bolo. Não existe só um jeito*



de fazer licitação. Em Belo Horizonte, fizemos um jeito... Está aqui, está no mesmo parecer técnico. *Nos últimos anos observa-se a tendência de adoção* – e aí vai a sua resposta –, *nos últimos anos, observa-se a tendência de adoção de operação por bacias.* Quer dizer, nós não estamos inovando. Essa é uma tendência nacional, gente, que refere à prestação de serviços por meio de uma única empresa ou consórcio de empresas¹⁷ que atuam numa determinada área ou superposição com as demais, enfim. Então um estudo técnico e tenho certeza que todos os senhores tem acesso a isso.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Paulo Périco.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores. Secretário Cristiano, mais uma vez um forte abraço, obrigado pela sua presença e sempre pela sua disposição de nos receber, de conversar e a sua disponibilidade realmente é um diferencial dentro dessa administração. Mas eu teria algumas questões. A primeira questão é... Se hoje, mais ou menos, um ônibus custa em torno de 300 a 350 mil e nós temos 220 ônibus em linhas.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: 320 ônibus.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Isso significa então que dará uns 160 ônibus para cada empresa. A pergunta que eu faço é a seguinte, o investimento de duas empresas, no caso, aqui em Caxias, até três, não importa, em quantos anos essa empresa, com uma tarifa mais baixa, teria fazendo em torno de 200 milhões de investimentos aqui em Caxias do Sul? Quanto tempo... Essa empresa vai fazer esse cálculo, qualquer empresa faz. Eu vou vir aqui com uma tarifa mais baixa, vou botar 200 milhões. Quanto tempo vou colocar o meu *payback*? Cinco, dez, quinze anos? Ah, quanto tempo é a licitação? Toda empresa vai fazer isso. Será que com 160 ônibus isso será validado por alguma organização? Qual é o ROI dela? Qual é o retorno sobre o seu investimento? Sabendo que hoje mais ou menos a Visate tem uns 400 milhões em investimento. É melhor colocar na Bolsa, em qualquer investimento do que em ônibus. Então o senhor acredita que haverá empresas interessadas? Fazendo uma pequena análise do *payback*, não sei se V. Exa. fez ou fizeram alguma ideia desse investimento. Uma outra questão é sobre o cálculo da compensação. Como será feito no caso de custos operacionais? Não é só pneu e ônibus. RH, por exemplo. Uma empresa vai dizer que teve tantas horas-extras com determinados funcionários... Como é que a outra vai saber? Como a outra vai saber para fazer a compensação? Ou será que a secretaria terá que ter um setor específico de controladoria para analisar essas duas organizações? Como? Isso é uma pergunta porque uma vai dizer: Ah, eu tive tantas horas-extras e quero agora que tu me compense. Eu tive outras horas-extras, eu quero que tu me compense. Então não é só pneu com nota fiscal. E uma outra questão, duas questões, primeiro, qual é o dia do edital da publicação que a secretaria iria lançar? A outra questão é como está o processo da Visate? O município já perdeu e a justiça já indicou um contador e os dados extraoficiais estão em torno de R\$ 80 milhões. A pergunta é, quem pagar isso? Obrigado, senhor secretário.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Vereador Périco, com relação ao dia do edital a gente não tem a data ainda, a gente ainda não divulgou essa informação, mas vai ser em breve obviamente. Com relação ao processo eu sinto em lhe dizer, mas acho que o senhor está equivocado, o município de Caxias do Sul não vai perder esse processo. Há uma série de falhas que vinham acontecendo e a nossa administração apontou. Então a gente acredita que não, que não vamos perder. Com relação a compensação nós não estamos inovando em lugar nenhum. A criação de câmara de compensação ela

¹⁷ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)



acontece exatamente igual, acontece em todas as cidades. Esses controles a empresa concessionária vai ter que nos fornecer, diferente do que acontece com a atual empresa que a gente pedi informações e ela simplesmente não fornece. Então isso com certeza vai estar amparado no processo. Um processo sério de licitação tem que ter esse tipo de amparo, a empresa tem que ter transparência, coisa que a atual não nos forneceu documentos quando pedimos. Com relação ao retorno de investimentos sem dúvida é um ponto importante, o empresário vai ter que fazer essa análise e ver se vale a pena. O que eu não posso fazer é imaginar: Bom, não vai valer a pena e não vou abrir a concorrência. Essa é uma premissa que a gente usa. Bom, será que vai valer a pena ou não? Eu preciso dizer que a Visate, quando começou na cidade,¹⁸ começou com 120 veículos. Então nós estamos falando aqui no lote de 160, não parece um absurdo. E a Visate passou de 120 para 320 veículos. Então se era interessante para 120, por que não é interessante para 160? Imaginando os dois lotes operacionais.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Arlindo Bandeira. Agradece e abre mão? Vereadora Paula Ioris.

VEREADORA PAULA IORIS (PSDB): Bem, bom dia, secretário. Bom dia, Daniel. Bom dia, presidente e colegas. Eu vou, talvez seja um pouco repetitivo, mas eu não consegui entender, porque, partindo das duas premissas que foram dadas, que é a redução da tarifa e ter pelo menos duas empresas, fica complicado de acreditar, me parece completamente antagônico. Por quê? Tudo que a gente lê, escuta, nós tivemos um seminário de transporte aqui na Casa também com especialistas que vieram, então a gente vê que isso é matemático. Historicamente, o que também acompanho, não sou uma especialista como o senhor, normalmente mais de uma empresa ocorre em capitais, onde tem um número muito maior passageiros. Posso não estar... (Manifestação sem uso de microfone.) Pois é, a pergunta é: a gente também tem acompanhado, e nesse estudo técnico também aparece, um número, uma redução em 10 anos de 33% de passageiros. Então, assim, diante dessas duas premissas, quais seriam os principais aspectos que, de fato, apontam que poderia ser atendido esse objetivo? Objetivamente, quais são os principais aspectos? Porque a gente tem, assim, vai aumentar o custo fixo. Então, nesse aspecto que eu considero que é lógico, se aumenta o custo fixo, como a gente reduz o preço. E a gente também tem a informação que, nos últimos 10 anos, só reduz o número de passageiros. Então esse é um aspecto. Quais são os principais aspectos que falam a favor de que haverá possibilidade de redução de tarifa? A outra questão é que, pela consulta popular que foi apresentada, que eu tive acesso aqui, não sei se é do seu conhecimento, existe um nível de satisfação de 65% da nossa população. Não seria o momento, também baseada no que a gente assistiu aqui no seminário que foi feito pela CDUTH, onde especialistas trouxeram que a tendência mundial é de incentivar o uso do transporte público cada vez mais, a necessidade de subsídio por parte até do poder público para isso, não seria o nosso momento de avançar com a modernização do transporte com ônibus? Aumentar a fiscalização, se é que temos problema? Mas de avançar nisso. Não seria esse o momento? E me parece também, até uma pergunta que o vereador Toigo já fez na relação redução de custos, olhar para as gratuidades e outras coisas. (Esgotado o tempo regimental.) Quais foram as falhas de fiscalização? E por que isso não apareceu? É a primeira vez que ouço falar em relação a essas, a essa questão da redução de passageiros. Então quais foram as falhas que vocês identificaram? É isso, então, presidente.

¹⁸ Leandro Ribas (registro e conferência)



SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Vereadora Paula, as falhas foram muitas, eu tenho aqui, como eu lhe falei, todos os documentos. Posso indicar aqui, vou dizendo algumas datas: 16 de dezembro de 2014, o diretor técnico chamou a atenção, além de 2009, falha no controle do número de passageiros; dezembro, 29 de dezembro 2015, reforçando o mesmo problema; 16 de dezembro de 2014, um ano antes, reforçando o problema. A gente não tem controle, vereadora Paula, do GPS. A gente tem o GPS, mas não tem o controle do índice de voltas cumpridas. Como é que a gente faz? Como é que a gente muda o transporte coletivo para uma população que não tem a garantia de que o transporte vai passar para ele? Isso não é um absurdo? Tu estás na parada esperando o ônibus e não tem a garantia que o transporte vai vir? O que a gente está fazendo é justamente isso, propondo um aumento na fiscalização, criando¹⁹ ferramentas para isso. Essa maneira eu lhe agradeço a pergunta, porque essa pergunta importante é a maneira de incentivar o uso. A gente só vai incentivar o uso do transporte coletivo quando ele é confiável. E quando estiver na parada esperando e o ônibus não vier, eu prefiro usar o meu carro. Eu tenho certeza que esse é o raciocínio lógico. A maior parte das pessoas que tem a possibilidade de usar o carro... Se o transporte coletivo não me atende do jeito que deveria, eu uso o carro. Além disso qual é a outra maneira que deveríamos incentivar? É reduzindo a tarifa, que é justamente o que essa administração está se propondo. Como eu disse, eu já saio de um edital de licitação com um valor mais baixo do que o valor hoje, eu vou reforçar isso. A tarifa hoje é 4,25 e estou afirmando para vocês que o edital que vai ser publicado nos próximos dias vai sair com a tarifa mais baixa do que está hoje. Na contramão disso, a empresa de transporte coletivo está pedindo um novo reajuste. Isso não é um absurdo? Me parece, pelo menos. Então com relação ao seu questionamento... Exato. A concorrência com os poderes, elas concorrendo. As empresas elas precisam definir se é interessante ou não operar em nossa cidade. O que a prefeitura está fazendo é abrir a oportunidade para que as empresas operem na cidade. Pode ser que elas não venham? Pode ser, isso é um risco de qualquer administração. Isso acontece frequentemente, mas pode ser que venham. Então o nosso cuidado é de abrir para que as empresas concorram. Com relação, a senhora falava antes do tamanho da cidade. Para que se tenha dois lotes operando é como eu falei. Bento Gonçalves tem isso de uma forma precária. Outro dia eu conversava com o diretor de transportes lá de Bento Gonçalves e ele me questionava: secretário, como é vocês fizeram? Como é que eu posso fazer para integrar as duas empresas, porque lá eles sofrem com problemas de integração, o que a gente vai ter aqui. Já parte da forma correta é que as duas empresas vão ser plenamente integradas por conta da câmara de compensação. Lá em Bento tem dois cartões: tem o cartão da empresa "a" e o cartão da empresa "b". Aqui não vai ter. Aqui é um cartão único e com esse único cartão se paga a mesma passagem, se faz a compensação.

VEREADOR FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Ricardo Daneluz.

VEREADOR RICARDO DANELUZ (PDT): Senhor presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores. Primeiramente meus cumprimentos ao secretário Cristiano, também ao Daniel. Início falando aqui que nada é pergunta ou alguma reflexão na questão pessoal, mas sim ao governo que o senhor aqui representa, senhor secretário. Quando se fala em transporte coletivo sempre com o governo Daniel Guerra é meio emblemático isso, porque na campanha se falava muito na questão da Lava jato que até então não tínhamos visto nada, agora o senhor traz alguns elementos. Se falava na construção de dez novas estações de transbordo em Caxias do Sul que temos aí apenas alguns projetos e nem uma pedra em alguma obra

¹⁹ Simone Moreira (registro e conferência)



dessas e também uma reflexão que eu faço aqui. Agora que se faz correto e antes era tudo errado. Nós temos o governo Alceu de 2013 até 2016 a passagem era 2,85 e no fim do governo 3,40. Então 0,55 centavos em quatro anos de aumento, nesses que não sabiam trabalhar com o transporte coletivo. Agora no seu governo são 0,85 centavos de aumento em três anos. Então já é maior em três do que antes foi em quatro. Para a questão desse novo edital. Se pressupõe sim se corrijam eventuais falhas do interior e que se melhore isso. Acho que isso não é discutível e há um consenso de todos. Alguma reflexão ainda. Nesse novo modelo, se aumenta a estrutura administrativa de mais de uma empresa, se acrescenta o intramunicipal, então se entrega além do filé, o pescoço junto, que as empresas do interior estão com sérias dificuldades financeiras de se manter. Não se discute gratuidades que, na minha opinião, é sim importante isso, tanto para a questão do último domingo, quanto de 60, 65 uma discussão mais profunda. Tanta a questão de uma possível isenção de impostos como no passado teve e com sucesso e se quer reduzir a tarifa com todas essas questões que teriam há mais. Então teoricamente o custo se elevaria. Então no raciocínio. Aumenta a estrutura, acrescenta intramunicipal, não discute gratuidades, não tem isenção de impostos. Essa conta para mim que vai baixar não fecha. E aí vai a minha pergunta: vocês vão, temem que se busque agora uma empresa com valor menor no primeiro ano e daqui a pouco vai se precarizar esse serviço? Uma empresa vai somente entrar numa concorrência, fazer um preço abaixo e, logo amanhã ou depois, vai piorar, e muito, o serviço. Então, principalmente²⁰ essa questão. E, para encerrar também, eu acho que poderia ter se discutido um pouco melhor, inclusive também poderia se usar o Busdoor de uma forma comercial e se aplicar isso na planilha para diminuir o valor, que é aquilo que todos desejam para que o transporte fique mais acessível e realmente funcione. Obrigado, secretário.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Senhores, então dando sequência, vereador Daneluz, eu estou aqui com o Plano de Governo do prefeito Daniel Guerra. Fiz questão, é um plano de governo registrado. Ele está à disposição, mas eu posso deixar cópia. Em nenhum momento fala em 10 estações. (Manifestação sem uso do microfone.) Mas em nenhum momento no plano de governo diz e eu preciso, eu como secretário, preciso atender exatamente, o meu compromisso é atender exatamente o que diz o plano. Com relação ao transporte intramunicipal, vereador Daneluz, a gente tem... Que o senhor chamou atenção da carne de pescoço e é mesmo porque o transporte intramunicipal sai lá do interior para deixar os passageiros no centro de Caxias e isso gera uma quantidade gigantesca de quilometragem. Esse novo modelo proposto de licitação resolve justamente esse problema e isso faz com que não seja mais uma carne de pescoço, por quê? Porque o transporte intramunicipal vai ser feito com um ônibus menor, pegando lá no interior e deixando em Ana Rech, que é a nossa primeira EPI. Aí, naquela EPI, os ônibus já saem de Ana Rech, do transporte coletivo urbano. A população vai ter a possibilidade de integrar com o transporte coletivo urbano e vir até o centro de Caxias. Quer dizer, se reduz a quilometragem por conta disso. Então a grande sacada disso... E mantendo as gratuidades obviamente. Então a grande sacada disso é justamente botar os dois serviços juntos. Com relação a... Com relação aos 3%, vereador Daneluz, eu vou dizer uma coisa, é uma opinião minha como gestor da pasta que cuido, esses 3% têm um papel importante, mas é a minha opinião, e eu espero que não ofendê-lo com essa colocação, mas eu acho que 3%, a redução dos 3% foi irresponsável. A Prefeitura de Caxias do Sul está quebrada e está quebrada justamente por essa falta de, por esse tipo de coisa, por essa falta de arrecadação que foi colocando a Prefeitura em uma condição de grande dificuldade financeira. Esses 3%

²⁰ Vera Rassier (registro e conferência)



sobre todo o faturamento da empresa coletiva tem um peso gigantesco. Então ele precisa sim compor a Receita Municipal. Sem isso, o município não sobrevive. Então não dá para se fazer essa benevolência com a prefeitura quebrada como está. No passado se podia, agora, não tem como fazer. Com relação... Desculpa, vereador, eu acabei... Eu tenho isso anotado. Se eu deixei de responder alguma pergunta, o senhor, por favor, me pergunte.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Edson da Rosa.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Primeiro, secretário Cristiano, de novo, V. Exa. já escutou aqui da maioria dos vereadores. O senhor é um... Dá para dizer dois, mas um dos poucos secretários que nos atendem quando a gente solicita, dá informações, nos recebe, nunca nos deixa, retorna. Então vossa excelência aqui várias vezes já foi citado positivamente na nossa Câmara de Vereadores. A segurança com que vossa excelência traz aqui alguns dados, mas não adianta, a confusão... E no inconsciente coletivo das pessoas, por mais que nós não queiramos, e aqui os vereadores, nós todos tecnicamente da forma que vossa excelência veio, e o Daniel também, nós não temos essa segurança porque nós não entendemos. Nós somos justamente a representação da população. Quer dizer, como é que vai ficar? No inconsciente coletivo das pessoas colocou, por exemplo, dois lotes operacionais, duas bacias, para eles, vai reduzir no mínimo na metade e a gente sabe que não é assim. Até por conta da fala do vereador Paulo Périco que fala que é investimento. Eu vou vir com uma empresa para cá se isso ali na frente me trazer retorno. E a gente sabe que depois de uma licitação feita começa a querer vir os aditamentos e a gente tem várias e várias outras empresas que estão sucateados em outras cidades da mesma forma. A gente sabe que depois vem a pressão.²¹ Então vou para a parte prática do que foi falado aqui e muitas das minhas questões já foram respondidas ou alguém já questionou. Necessário, nessa nova proposta do município, mais EPIs, nós temos duas EPIs. Nós precisaríamos de mais duas, o edital só em maio. Mais duas, norte, sul, leste, oeste. Em tese seriam duas. Quando é que o município entregaria? A partir do momento que teremos duas, quando é que seria entregue essas outras duas EPIs para que a operacionalização do sistema fosse efetivado de acordo com tudo que está sendo falado aqui? Porque nós sabemos que depois vão começar outras situações e eu não vejo, aqui, o tempo necessário para que isso aconteça. A parte técnica não vou nem discutir porque eu acho que literalmente parece... Aqui não é ser prolixo, mas a gente teria, como vereador Kiko falou, que ter uma condição de maior aprofundamento para se ter essa discussão que talvez seria importante ter sido feita em outro momento e não o dia que foi feito ali na prefeitura, com a participação da Câmara, que eu tenho certeza que se nós pudéssemos ter participado de uma audiência, falei com V. Exa. inclusive sobre isso, que se fosse feito à noite talvez esses questionamentos nós teríamos feito naquela data e não de manhã... (Esgotado o tempo regimental) Mas, enfim, secretário Cristiano, nesse sentido, operacionalmente e da forma que o poder público tem que entregar como seriam feitas essas outras duas EPIs para operacionalização do sistema da forma que os senhores estão falando porque aqui, em toda fala, eu vejo que os senhores procuraram outros locais, mas um estudo técnico que pudesse dar um embasamento para essa tomada de decisão ainda não ouvi.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Vereador Edson, respondendo a sua pergunta, a nova EPI ela tem que sair, ela está no momento de projeto nesse momento. Mas isso não inviabiliza a operação, vereador. A gente consegue fazer a operação mesmo com uma paradona lá na frente da Marcopolo, por exemplo, fazendo a integração. Isso é possível de se fazer mesmo sem a

²¹ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)



construção do EPI nesse primeiro momento. Mas obviamente o nosso objetivo é fazer isso o mais rápido possível. A gente está com esse projeto na Seplan, os técnicos da Seplan tem trabalhado para tentar fazer isso o mais rápido possível. Já tem o local definido, tudo certo. Então é só... Uma vez que se conclua o projeto e estamos em fase final, o meu diretor está aqui comigo e pode confirmar isso, toda parte técnica já foi feita, ela está no refinamento, estamos falando aqui de projeto hidrossanitário, projeto elétrico, mas a parte técnica operacional já está concluída. Então essa EPI deve entrar em licitação em breve, não deve demorar muito. Mas como lhe falei, para tentar tranquilizar a todos, a operação pode acontecer sem a EPI sem nenhum problema. Então os senhores podem ficar tranquilos.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Última inscrição, a vereadora Tatiane Frizzo e depois nós teremos um espaço para as considerações finais do secretário e do diretor. Vereadora Tatiane.

VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE): Senhor presidente, nobres pares, colegas vereadores. Secretário de Trânsito muito bem-vindo à Casa, também ao nosso diretor Daniel, bem-vindo à Casa. A minha pergunta é com relação ao plano de mobilidade urbana. O município perdeu o prazo, que era em abril de 2019, ficando impedido de receber recursos na esfera federal para tal. A importância de se ter um plano de mobilidade urbana é pensar e planejar de que forma integrada priorizar o transporte coletivo e também o transporte não motorizado. Como está a situação do plano de mobilidade em Caxias do Sul? Como aumentar o número de passageiros, uma vez que os números vêm apontando uma queda importante? Como incentivar transporte público não motorizado? Também gostaria aqui de parabenizar a sua secretaria, pois no início do ano eu estive com o pessoal do Inav e também da Apadev, onde através do nosso gabinete fizemos a sugestão para que a próxima licitação tenha dispositivo sonoro para que pessoas com baixa visão, cegas, sejam atendidas e saibam, efetivamente, onde, em que ponto da cidade essas pessoas estão. Então quero lhe parabenizar. Recebi o retorno da secretaria de que isso estará contemplado na próxima licitação. Então são esses os meus²² questionamentos, secretário. Obrigada.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Vereadora Tatiane, eu a cumprimento pela pergunta. Até o plano de mobilidade não é bem a pauta da convocação, mas como tenho o máximo respeito pela senhora, faço questão de responder. Mas preciso contrariar a senhora neste momento, porque o Município não perdeu prazo. Não existe nada disso. O Plano de Mobilidade, na verdade, a senhora está usando uma fala recorrente de algumas pessoas que estão tentando desmoralizar a administração. Isso não é verdade, existe uma Medida Provisória, a 906 de 2019, que mudou a data do plano de mobilidade para abril de 2021. Então se os senhores estiverem acesso, os senhores podem fazer a consulta, Medida Provisória 906 de 2019, ela mudou a data final do plano de mobilidade. Então não existe nenhum recurso financeiro perdido. Inclusive, aproveito o momento para reforçar que, no dia de ontem, são 200 milhões por conta do novo aeroporto. Se isso fosse verdade, o Município não teria ganho esse recurso, não teria assinado com o governo federal. Ele assinou com o governo federal. Então isso é uma falácia, e eu a cumprimento. Não quero atacá-la com essa fala de jeito nenhum, eu estou apenas dizendo que essa fala é uma fala recorrente de algumas pessoas que têm tentado plantar isso. Mas eu entendo que a senhora tenha caído no erro por conta de não ter essa informação, mas que eu faço questão de lhe esclarecer. Mas o plano de mobilidade está andando, vereadora Tatiane. Ele está na Seplan neste momento. A gente está fazendo o final da estruturação dele e ele, em breve, vai ser colocado em prática. E aí, sim, vai ter as nossas previsões de ciclovias, que é um tema que nós já tratamos diversas vezes, e incentivar o transporte

²² Leandro Ribas (registro e conferência)



não motorizado. Com relação aos dispositivos sonoros, é verdade, Daniel, a gente acabou não colocando na nossa fala. Vão ter, sim, dispositivos sonoros nos ônibus, na área central principalmente. É mais difícil colocar isso nos bairros, precisa de um tempo. Mas a licitação vai estar preparada para exigir isso, conforme interesse. Então isso é possível de se ampliar depois. Em relação ao... Ah, e como aumentar o número de passageiros? Bom, aí, é aquilo que eu já vinha falando, a gente precisa aumentar o número de passageiros passando para a população a segurança de que o transporte coletivo vai atendê-la no momento correto. Coisas que... Como eu falei, foram mais de 400 multas emitidas, desde 2017 até agora, isso é um indicativo. E veja, quando eu falo isso, estou falando de cinco agentes de transporte, são apenas cinco que foram lá em alguns lugares aonde o Alô, Caxias chegou, a reclamação chegou, foi lá que a gente acabou indo pegar a falha do sistema. Esse é o maior exemplo, quer dizer, com cinco eu peguei 400, se eu fiscalizasse tudo quantas eu pegaria? E aproveito o espaço, já concluindo o meu tempo, para reforçar que a população sempre utilize o Alô, Caxias. Todas as reclamações do Alô, Caxias são verificadas. Não adianta reclamar na empresa do transporte coletivo. Toda reclamação de transporte é para a Secretaria de Trânsito que deve ser feita.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Secretário, muito obrigado pela sua presença. Já de antemão, eu solicito que deixe esse material disponível conosco. E nós vamos disponibilizar um tempo para o senhor e para o diretor Daniel, se assim quiser também, para as considerações finais. Fique à vontade.

SENHOR SECRETÁRIO CRISTIANO DE ABREU SOARES: Bom, senhores vereadores, eu agradeço pela convocação. Não tem problema nenhum, a convocação não me incomoda, eu venho aqui com satisfação para falar de um tema que eu gosto demais. O mosquito do transporte coletivo me mordeu, e gosto muito desse tema. Então faço questão de responder a todos os senhores. Reforçar também que nós estamos falando aqui do interesse público. Eu estou tratando do interesse público e tenho certeza que todos ou a maioria dos senhores também estão interessados no interesse público, em manter uma tarifa justa para o usuário, fazer o nosso transporte coletivo funcionar. Porque se o transporte coletivo funciona, são menos carros nas ruas, o trânsito fica menos congestionado, o nosso deslocamento se torna mais humano. Temos uma série de vantagens de ter o transporte coletivo funcionando. E passar também a mensagem para os senhores e para quem nos assiste tanto no *Facebook* quanto na TV Câmara, de passar tranquilidade, de dizer que abrir a possibilidade de outra empresa concorrer não é nenhum bicho de sete cabeças. Na verdade²³ eu me surpreendo quando alguém se posiciona fortemente contrário a ter duas empresas, abrir para outras empresas. Por quê? Algumas pessoas se posicionam rejeitando a possibilidade de abertura para duas empresas. Por que a possibilidade? Por que a gente abre para duas, mas não quer dizer necessariamente que duas empresas queiram eventualmente pode ser que nenhuma queira. Eventualmente pode ser que só a Visate queira, pode ser que aconteça, mas qual é o medo que se tem? Todo mundo gosta de mudança, mas ninguém quer mudar. A gente precisa revisar isso. Bom, enfim, já estou me estendendo aqui. Quero agradecer pelo espaço, minha saudação a todos. Obrigado pelas perguntas, qualquer coisa a Secretaria de Trânsito está à disposição. (Palmas)

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): A sessão está suspensa por alguns instantes. (Pausa).
Passemos ao

GRANDE EXPEDIENTE

²³ Simone Moreira (registro e conferência)



O primeiro inscrito é o vereador Edson da Rosa.

VEREADOR EDSON DA ROSA (PMDB): Senhor presidente, eu cedo o meu espaço ao vereador Elói Frizzo.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Por cedência do seu espaço, o vereador Elói Frizzo.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores. Por primeiro agradecer ao vereador Edson da Rosa a cedência do seu espaço. Saudar a todos que nos assistem pela TV Câmara, canal 16, que nos acompanham pelas mídias sociais, as lideranças comunitárias que hoje pela manhã também nos prestigiam nesta Casa, as lideranças sindicais. Solicitei ao vereador Edson a cedência do seu espaço até para que nós pudéssemos prosseguir neste debate sobre a questão do transporte coletivo. Eu entendo, meu caro presidente,²⁴ senhoras e senhores vereadores, de um modo muito especial aqui o pessoal da união de bairros e das associações de moradores, que de fato o que nós presenciamos aqui foi um esforço muito grande do secretário, do técnico, do engenheiro de justificar uma determinação do prefeito. Aliás, o secretário abriu a sua fala dizendo que era uma determinação do prefeito ter mais de uma empresa. O fato de no programa de governo não constar, vereador Rafael, que o prefeito fez todo um discurso de quebra de monopólio. Provavelmente, lá no documento não está escrito “quebra do monopólio”, mas é só passar os slides aqui na Câmara que a gente vai ver que a propaganda principal era: Lava Jato na Visate e quebra do monopólio. Lava Jato na Visate, tu botar uma fiscalização com argumento, com todo respeito ao secretário, questionável da denúncia que fez de que a empresa estaria manipulando em torno de 5% dos passageiros é uma acusação grave. Eu acho que a empresa vai ter que dar respostas para a cidade sobre isso. Se o município eventualmente pecava do ponto de vista da fiscalização, o dado colocado pelo vereador Daneluz é inquestionável. Os valores da tarifa durante o Governo Alceu cresceram menos do que os três anos do Governo Daniel Guerra e ainda tem lá pendente na justiça uma indenização de que provavelmente chegue à casa dos R\$ 100 milhões. Alguém vai pagar essa conta. É mais um Magnabosco pendurado lá por conta da irresponsabilidade do congelamento de tarifas naquela oportunidade por cima da promessa do prefeito de uma Lava Jato na Visate. Então eu coloco um argumento inquestionável, vereador Daneluz. Em Porto Alegre, recentemente, houve lá as renovações de contratos, são sete empresas fazendo o transporte coletivo, um caquedo de ônibus correndo pela cidade. Quanto está a tarifa em Porto Alegre? Está R\$ 4,80. [Ininteligível] quebradas, devendo uma fortuna, uma imensidão. A tarifa em Porto Alegre está R\$ 4,80. Aí, a conclusão que eu chego, vereador Paulo, é que toda a estratégia desse desgoverno é dizer o seguinte: “Nós montamos uma licitação. Vamos criar duas bacias”. Vai ter duas empresas correndo? Eu acho que não vai ter duas empresas concorrendo. É todo um misancene para justificar que a Visate vai continuar. Qual a empresa que vai vir para Caxias concorrer com uma tarifa de menos de R\$ 4,25 com todas as gratuidades que estão colocadas e mantidas. Vejam o contrassenso da tentativa. E todos nós aqui fomos muito claros, temos muito respeito pelo secretário. Efetivamente foi um dos poucos secretários que tem o meu respeito por tratar bem as lideranças comunitárias, atender, atender pedidos e assim por diante. Eu acho que a iniciativa das reclamações serem colocadas no Alô Caxias foi uma bela iniciativa. A gente tem que parabenizar isso. Parabenizar aquilo que é bom. Mas a forma como o edital está sendo montado, o estudo aqui dessa empresa nacional de transportes urbano desmistifica, cai por terra, não se justifica a criação de bacias para as cidades com menos de 500 mil habitantes. Não existe lucratividade nenhuma em nível de empresas.

²⁴ Vera Rassier (registro e conferência)



Então neste sentido o que aconteceu na licitação de Novo Hamburgo foram três licitações sem se apresentar nenhum concorrente, logo aqui do lado. Por conta de que a questão que o vereador Paulo levanta é muito importante do ponto de vista de qual empresa²⁵ vai colocar em risco o seu capital para ter uma remuneração muito abaixo do que qualquer outra atividade. Então essas questões que eu digo que colocam em risco de nós quebrarmos uma empresa propositadamente por *vendita*, tentarmos quebrar uma empresa por *ventida*, que presta um bom serviço para a cidade, que é modelo no país e está aqui o vereador que lá atrás era um dos maiores críticos do trabalho da Visate, do trabalho da antiga Expresso Caxiense. Eu tenho esse reconhecimento de que o serviço que a Visate passou para estar em Caxias do Sul ele é modelar. Tem falhas? Obviamente que tem falhas. Tem problema de quebra de ônibus e não sei o quê, falhas nas linhas, superlotação em horário de pico. Qual a cidade que não tem? É só você chegar lá no estacionamento da Visate, não sendo nos horários de pico, você vai ver quantos ônibus parados estão que é exatamente para suprir essas necessidades do horário de pico. Então faço esse registro do ponto de vista de que a pergunta mais importante feita pelo vereador Périco, de qual é a data que eles pretendem lançar esse edital, não foi respondida. É um segredo de estado, provavelmente. Provavelmente vai ser no dia 24 de dezembro, um dia antes do Natal. Não sei se até lá o secretário ainda estará no cargo. Então nesse sentido fica a minha observação, repercutindo aqui um pouco do que foi esse debate. Cumprimento os vereadores da Comissão de Desenvolvimento Urbano que fizeram o pedido junto conosco para aquilo que foi colocado às escondidas, numa audiência pela manhã, no auditório da prefeitura, fosse colocado aqui abertamente para a população para saber. Eu acho que a fala do vereador Daneluz foi a que mais me contemplou, do resumo do que aconteceu aqui nesta manhã. Me permitam mudar um pouquinho de assunto, em pouco tempo, mas repercutir a fala do secretário municipal da Saúde ontem na inquirição sobre o processo de impedimento. E aqui eu quero parabenizar o secretário Júlio porque a vida provou e estávamos lá presentes, vereador Felipe, que ele é muito habilidoso com as palavras. Ela pega uma verdade e em cima de uma verdade ele faz uma manipulação. Mas eu quero cumprimentar também a nossa relatora, vereadora Paula, porque do jeito dela, tranquila, só perguntou uma pergunta para ele importante: O senhor falou tanto na secretária Deise, que anunciou o UBS+, mas aquela reunião do Conselho aprovou o fechamento do postão? E aí ele se pega: Não, porque tinha que ter a resolução, a resolução. O negócio formal e aí se enrolou todo, com todo respeito ao secretário Júlio, e aí fica mais do que consumado de que houve, de fato, o desrespeito ao Conselho Municipal de Saúde que não foi ouvido, não foi convocado para se manifestar com relação a tantas reformas do postão e o fechamento do postão. Aí ele argumenta que o fechamento do postão se deu por conta de um laudo assinado por alguns engenheiros dizendo que não tinha como fazer as reformas sem o funcionamento do postão. Ontem mesmo o pessoal disse o seguinte: Não, lá no Hospital Geral reformaram toda a UTI sem problema nenhum, continuou o atendimento. Me permita prosseguir em Declaração de Líder, senhor presidente.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Um aparte, vereador Frizzo.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): E aí, vereador Rafael, outros exemplos. Mas o que eu quero resgatar aqui é a proposta colocada pela secretária Dilma. Nós já tínhamos todo um projeto elaborado pela secretária Dilma de reformas do postão. Não de que não fossem necessárias as reformas, eram necessárias. Quando o postão foi construído era uma outra realidade, não tinha queimado a Boate Kiss ainda. Então: Ah, tinha problemas com EPI, tinha um tanque de óleo diesel não sei em que lugar.

²⁵ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)



Efetivamente tinha,²⁶ tinha. E esse diagnóstico já tinha sido feito pela antiga secretária, pela ex-secretária, e que já tinha todo um plano desenvolvido do ponto de vista de prosseguir o atendimento no Postão e fazer as reformas. E não ocasionar o caos que se estabeleceu na UPA Zona Norte. E, aliás, eu vejo umas propagandas do prefeito Daniel Guerra – hoje eu estou bem calminho, eu estou o chamando pelo nome e pelo cargo – colocando como obra sua a UPA Zona Norte. Mas como que a UPA Zona Norte é obra do atual prefeito? Como que o Ecoparque, que vai ser inaugurado sábado, estão dando um ligeirão para inaugurar no sábado, vai ser inaugurado, é obra do atual prefeito? E por aí vai. A Pia Batismal, sim, é obra do atual prefeito sem dúvida nenhuma. Eu só gostaria de lembrar o prefeito e a secretária do Meio Ambiente e o pessoal do Samae que aquele parque tem nome, chama-se oficialmente, já há mais de 30 anos, mais de 40 anos, se eu não me engano, Parque Celeste Gobbato, prefeito Celeste Gobbato. Não se chama Parque das Araucárias, aliás, nem araucárias têm lá. Para justificar o nome, estão plantando lá meia dúzia de pinheiros. Então, provavelmente, o nome se dá por conta dos pinheiros que estão tentando plantar lá. Pois não, vereador Rafael.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Vereador Elói Frizzo, quero parabenizar a Comissão Processante, mas em especial a vereadora Paula Ioris. Vereadora, a senhora é psicóloga, mas a senhora está melhor que uma delegada lá fazendo as perguntas. Ela faz três, quatro vezes a mesma pergunta e cada vez que ela faz, eles vão só se enrolando mais. Vereadora Paula, olha, eu fico lá, só espero a senhora fazer as perguntas, porque, olha, meus parabéns! Vereador Frizzo, realmente, o secretário foi espetacular ontem, mas quando chegou a vereadora Paula deu, se enrolou todo lá e não sabia mais desenhar. Então, olha, quero dizer que o Papai Noel nunca atrasa, como diz o prefeito, o Ho Ho Ho, ele está enfeitando a Prefeitura para o próximo prefeito chegar e entregar a Prefeitura para o povo. Obrigado.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): E eu também não poderia deixar de cumprimentar o vereador Fiuza, houve todo um esforço de parte de V. Sa. nas perguntas que alinhavou de ajudar o governo, mas só se enrolavam mais, lamentavelmente, só se enrolavam mais. Então fica aqui esse registro, porque as coisas vão acontecendo no devido tempo, no devido tempo vão acontecendo. Mas eu referia, vereador Rafael, das obras que estão sendo anunciadas. E eu quero chegar às obras do aeroporto. Eu não quero tirar o mérito do acordo que foi assinado ontem, do convênio que foi assinado, carta de intenções com a presença dos nossos dois vereadores. Aliás, estava olhando tanto na Zero Hora quanto nas notícias da0 Prefeitura, eles cortam a presença dos nossos dois vereadores. Vocês não estavam lá, a Câmara de Vereadores não estava representada em Brasília. Não estava representada em Brasília. Mas eu quero reconhecer aqui principalmente o trabalho do senador Luis Carlos Heinze. Sem dúvida nenhuma, o senador Luis Carlos Heinze, vereador Bandeira, do seu partido, tem feito um trabalho exemplar do ponto de vista de pressionar. Porque tudo que está acontecendo agora já estava lá atrás. E aqui méritos a quem os tem. Mérito a quem os tem. Nós não temos como não dizer que o aeroporto de Vila Oliva, se sair, só vai sair, porque teve o governador Tarso Genro que homologou aquele local, em que pese toda a discussão regional que acontecia naquela época, aeroporto em Farroupilha, aeroporto em Canela, aeroporto não sei aonde, mas a coragem daqueles que estavam com o governador Tarso Genro naquela época e que homologaram a construção, então, do aeroporto de Vila Oliva. E vejam que nós estamos há três anos para encaminhar o licenciamento ambiental. Parece que agora, no último ano, a administração passou a correr, quando percebeu que perdeu tempo, porque são três anos de um governo inútil, de um

²⁶ Leandro Ribas (registro e conferência)



governo que não mostrou nada para Caxias e que eu continuo dizendo a grande obra desse governo foi a conversão à direita na Sinimbu e na Pinheiro Machado. Essa é a²⁷ grande obra desse governo, porque o restante das obras só foi dado continuidade ao que já estava planejado e aquilo que já estava acontecendo, inclusive o aeroporto. Todo projeto do novo aeroporto de Vila Oliva foi trabalhado dentro da Seplan, um trabalho esforçado, liderado então pela engenheira Margarete Bender. Está lá, é só olhar. Então a minha expectativa é que esses 200 milhões efetivamente venham para Caxias, que eles não sejam glosados ali na frente, porque o que foi assinado ontem lá é uma carta de intenções. Existe uma verba destinada no orçamento da Secretaria de Aviação Civil da possibilidade da transferência de 200 milhões, mas efetivamente o que está sendo assinado, na prática, são apenas três milhões para contratação da empresa de consultoria e importante também com a participação desta Casa que está, de forma responsável, concordando com a busca de um financiamento junto à Caixa Federal, vereador Gustavo Toigo, de 30 milhões. Daí a pergunta que eu tenho que fazer, obrigatoriamente. Na prestação de contas do quadrimestre

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Permite um aparte, vereador.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): a senhora secretária da Fazenda colocou de que a prefeitura teria ali um superávit financeiro, recursos livres, na ordem, se não me engano, de R\$130 milhões. Por que não pode usar esse dinheiro? Por que tem que contrair mais dívida? Os 130 milhões vão ser usados aonde? Vereador Rafael, provavelmente vão tentar construir alguma escola vertical, alguma coisa assim em um ano. Ou as estações de transbordo que não aconteceram. Agora, vereador Felipe, V. Sa. me fez lembrar da fala do secretário de Transportes, porque ele ganhou o dia hoje quando ele disse assim: nós vamos fazer um parágrafo na frente da Marcopolo. Vai dar uma confusão com aqueles milhares de ônibus da Marcopolo lá na frente, eu imagino, vai ser um grande parágrafo. Parágrafo eu lembro que tinha dos ônibus de Porto Alegre/Viamão, Porto Alegre/Alvorada lá tinha o Parágrafo da 36. Agora nós vamos ter o parágrafo da Marcopolo. Pois não, vereador Gustavo.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Muito obrigado, vereador Elói. Importante essa sua colocação, nós vamos prestar contas dessa nossa ida a Brasília na próxima terça-feira, eu e o vereador Daneluz, importante trazendo os resultados dessa missão. Acho que o legislativo tem uma parte muito grande nisso. Dizer que realmente o Prefeito falha nesse quesito, não reconhecer a caminhada dos outros governos. Nós percebemos isso e começou essa construção quando iniciamos em 2006 discutindo o novo plano diretor onde demarcamos a área em Vila Oliva devido a todas as características...

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Gravame.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Fizemos o gravame. Ali na sequência o ex-prefeito Alceu faz toda uma articulação com o governo Tarso Genro que define a melhor área em Vila Oliva, ou seja, inúmeras reuniões, audiências com o Cindacta, com a Anac, com o DAC que colocava essa área. Então foi uma construção de muitos governos, com extrema seriedade. O atual governo agora me parece que já encaminhou a contrapartida do Estado que é justamente o licenciamento ambiental frente à União e nós como disse em reportagem na rádio, não seremos entrave para autorizar o que está em regime de urgência nesta Casa os 30 milhões para desapropriação da área. Então acho que sim. É um equipamento de infraestrutura e logística importante para nossa região e a gente percebe que começa a se desenhar agora a

²⁷ Simone Moreira (registro e conferência)



prefeitura realmente precisa fazer a sua parte e lançar essa licitação que vai ser no regime de contratação diferenciada para a execução e o projeto em si. Cumprimentos, vereador.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Obrigado, vereador Gustavo, e V. Sa. faz justiça ao prefeito Alceu, porque efetivamente foi durante o seu governo com muito diálogo com a região que foi possível construir essa alternativa do aeroporto da Serra Gaúcha. Eu imagino como é que seria, vereador Gustavo, se essa proposta estivesse iniciada do zero, há dois anos com o diálogo fantástico que o prefeito tem com os prefeitos da região, vereador Felipe? Provavelmente... Como é que seria? Teria saído do papel essa proposta? Obviamente que não. Então tem uma expressão de fazer festa com os dos outros, mas tudo bem, vamos deixar²⁸ assim. “A César o que é de César e a Deus o que é de Deus.” Muito obrigado.

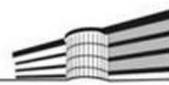
PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Próximo inscrito é o vereador Alberto Meneguzzi. Eu recomendaria aos colegas que se pudessem economizar um pouco das declarações do líder que nós temos uma pauta muito extensa ainda e nós vamos avançar na tarde automaticamente. Se houverem mais declarações de líder, aí vem à noite.

VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB): Senhor presidente, eu cedo meu espaço ao vereador Renato Oliveira.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Por cedência, vai ocupar o espaço o Renato Oliveira.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Agradeço, vereador Meneguzzi. Agradeço pelo espaço. Quando precisar, estamos disponíveis para o espaço. À Direção da Mesa, eu agradeço, presidente, que ontem estive representando esta Casa em uma reunião com o secretário de Logística e secretário de Transportes do Estado, onde entregamos em mãos a moção aqui da Casa. A moção já foi. Mas nós entregamos em mãos. Esse convite veio da deputada Fran Somensi. É importante dizer que estive lá ontem em Porto Alegre, representando a CIC, o Olivir Viezzer; de Farroupilha, além da deputada, o vereador Fabiano Piccoli; e o chefe de gabinete da Prefeitura de Farroupilha, Vandré Fardin. Então é importante a gente dizer que estivemos lá nessa reunião. Acho que... Porque a RS ontem, isso daí é a reunião com o secretário onde ele dizia que a RS 122, ontem, haveria detonação na primeira hora da tarde. E aconteceu perto, para quem viu os vídeos, aconteceu a detonação lá ontem na primeira hora da tarde em torno de quase 14 horas. A nossa reunião foi às 11 horas. Então é importante dizer que este trabalho que foi feito também à Câmara de Caxias, mas agradeço ao gabinete da deputada por ter convidado a Câmara de Caxias. Ela convidou a Câmara de Caxias e fui designado e, mais uma vez, agradeço pelo espaço. Também foi, o assunto principal era a questão da 122 ali, mas como nós entregamos a nossa moção em mãos para o secretário sobre a questão da Rota do Sol, que a Rota do Sol estará fechada. O secretário ficou com espanto dizendo... Outros deputados, quero dizer que o deputado Neri, que o deputado Búrigo tinha solicitado e para ele estava desbloqueado. Eu disse: “Não, não está desbloqueado, secretário”. Então daí ligou para o engenheiro responsável pela obra dizendo que o retorno que tem estudo, até o Natal vai ter estudo do que vai ser feito porque vai ter que construir barreiras para poder tirar as pedras. Então até o Natal provavelmente não será feito nada. Então passou o Natal, tem o feriadão ali. Então assim não vai ter nada. De novidade mesmo da Rota do Sol, pelo que vi ontem, vai ter que ser construída uma contenção. Se for construída a contenção, nós sabemos que o prazo que vai acontecer é em cima de ponte então é uma dificuldade muito grande. Agora, um dado muito importante, além da 122, que no jornal está dizendo que é segunda-feira ou terça, parece, que estão liberando. O

²⁸ Vera Rassier (registro e conferência)



secretário nos disse que é quarta-feira, no mais tardar na quarta-feira estará liberado. De detonação chega, saiu quase 10 mil quilos, 10 toneladas de dinamite ontem que explodiu, na explosão de ontem à tarde, ali em Farroupilha vão liberar. Agora essa demora tinha alguma coisa, essa demora tinha alguma coisa. O que é essa demora que ontem eu percebi essa demora da Rota do Sol e essa demora da RS 122. O que está por trás disso tudo é um estudo que está sendo feito pelo Governo do Estado, um estudo que está sendo feito para encher o Estado do Rio Grande do Sul de pedágios. Isso é o que mais me chamou atenção. Quando houve uma demora...²⁹ Diz que até junho, julho do ano vem, daqui uns seis meses, estão prontos os projetos, os estudos... Para fazer a contenção na RS-122 precisa de dinheiro, não tem dinheiro. Então, vereador Kiko, o que mais me chamou atenção, que até junho, julho do ano que vem vai estar pronto o estudo dos pedágios que vai enchido o nosso estado do Rio Grande do Sul. A que valor? Não se sabe, pode ser que seja... Rota do Sol seis meses está parada, já está indo para sete meses parada. Então de tudo isso o prejuízo que está acontecendo ali em Farroupilha principalmente nas lojas, de 70%.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Um aparte, vereador.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Flores da Cunha, os hotéis de Flores da Cunha, 70% em virtude da 122 estar parada. Ontem fez 30 dias e a cada dia falta dinheiro, faltam recursos. É isso que é a alegação. Então quando se falta dinheiro, faltam recursos tira do bolso do contribuinte. Então de resumo mesmo, que chamou atenção, foi a Rota do Sol parada todo esse tempo, interditada, que o secretário levou um susto dizendo que ela estava desobstruída e não está. O seu aparte, vereador Kiko.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Vereador Renato, segunda-feira fui a Porto Alegre, tinha reunião da executiva estadual... Claro desci aqui por Galópolis e na volta eu, por curiosidade, disse: Vou fazer esse outro trajeto para ver como é que é. Me arrependi porque também não está boa a estrada e a distância é muito grande. Eu não marquei, não tive essa... de marcar a diferença de quilometragem, mas o trânsito que está acontecendo naquela via ali também vai deteriorar muito mais agora aquela via também. Logo o estado vai ter que também investir ali. Agora, não consigo entender como é que pode demorar tanto tempo para resolver um problema. Será que não teriam que prever também? Então é uma irresponsabilidade muito grande das pessoas que nem sequer sabem como estão andando as coisas, nem se quer conhecem as estradas. Então primeiro de tudo, quando alguém assume uma pasta, tem que conhecer as estradas. Então a distância, eu tirei por experiência própria, é muito grande e o prejuízo para as empresas também é muito grande, vereador.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Obrigado, vereador Kiko. Mas a 122, vereador Kiko, hoje, ontem, os buracos maiores iam ser tapados, na 122, porque tinha uma atividade, está acontecendo uma atividade em Bento. Então, muitos secretários municipais, não é o caso do presidente, que vai vir de helicóptero, vão terrestre. Então os buracos maiores foram tapados ontem e anteontem, os maiores para sumir carros como aconteceu em Flores da Cunha. Então os buracos maiores serão tampados ou foram tampados ontem, anteontem. Por quê? Porque as autoridades não só do estado como do Brasil inteiro, do Rio Grande do Sul e de fora do país estarão em Bento numa atividade de dois, três dias. Então por isso que alguns tapas buracos aconteceram, se não terminaram eles vão concluir alguma coisa na RS-122 por quê? Por que as autoridades vão por ali. Então o pessoal daquela região está agradecendo a questão da segurança porque como tem várias autoridades tem muita segurança. Então isso é importante.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Permite um aparte, vereador.

²⁹ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)



VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Mas eu quero dizer que a Rota do Sol continua trancada, vai fazer sete meses e o secretário nem sabia de novo, ele disse que não sabia, ligou imediatamente. A 122 ele disse que vai trabalhar também nesse final de semana para terça ou quarta-feira estar desobstruída no sentido vai e vem porque são três pistas ali onde foi o desmoronamento. Como haverá estudos ainda, já lhe concedo, vereador, então desse estudo para fazer contenção ou alguma coisa tem que sair do bolso de alguém. Vai ser dos pedágios. Seu aparte, vereador Bandeira.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Obrigado, pelo aparte, vereador Renato. Parabenizar o seu trabalho, sua ida e a sua preocupação nessa questão. É de lamentar, vereador Renato, essa questão. Na verdade é uma falta de respeito com a nossa região, é uma falta de preocupação, e dizer que o secretário não sabe³⁰ a quantidade de dinheiro, podemos assim dizer, que está perdendo a nossa região. Quantas pessoas, quantas cidades estão sendo prejudicadas por causa dessa vergonha aí. Aí, segundo a gente escutou falar nas redes sociais, dizendo que as estradas foram abertas, vereador Renato, na época em que não foram feitos... que deveria ser feito, não sei o que, que era para ser feito já lá atrás, quando a 122 foi aberta. Mas o que é isso? (Esgotado o tempo regimental.) Será que não temos pessoas competentes? Será que não temos máquinas suficientes para fazer rápido? Seis meses, seis meses é um absurdo, é uma demora extremamente absurda. Isso aí é questão de... Mesmo que é uma obra complexa, vereador Renato, com 30, 40 dias tinha que ser feito isso aí, no mínimo, no máximo, quando muito. Mas, realmente, é de lamentar. Mas esperamos que os nossos eleitores cuidem em quem votar nas próximas vezes, é isso que tem que dizer, porque nós não podemos ficar perdendo, sofrendo com essa palhaçada aí. Obrigado.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Obrigado, vereador Bandeira, pelo aparte, vereadores, vereador Kiko. É isso aí, presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Encerrado o Grande Expediente. Passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão única e votação, em Regime de Urgência, a Moção nº 28/2019, de Autoria Coletiva, Moção de Apoio à aprovação da PEC 199/2019 que altera os Arts. 102 e 105 da Constituição, transformando os recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Com a palavra um dos autores para justificar o regime de urgência.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Senhor presidente, o regime de urgência é porque vai ser votado na semana que vem essa PEC, está previsto na semana que vem em Brasília, então, nós gostaríamos que chegasse antes a opinião desta Casa até lá.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Em votação o regime de urgência. Solicito aos vereadores que registrem seus votos. (Pausa) Vereadora Paula vota favorável. Vereador Alceu, favorável. Vereador Frizzo vota favorável. Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. A inversão, ou melhor, o regime de urgência foi aprovado por unanimidade dos vereadores presentes, com as ausências: Adiló Didomenico, Denise Pessôa e Edi Carlos. Com a palavra um dos autores para a leitura da moção.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):

REGIME DE URGÊNCIA

MOÇÃO nº MC - 28/2019

³⁰ Leandro Ribas (registro e conferência)



MOÇÃO DE APOIO à aprovação da PEC 199/2019 que altera os Arts. 102 e 105 da Constituição, transformando os recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

As Vereadoras e os Vereadores que o presente subscrevem, respeitadas as normas regimentais desta casa, vem, por meio deste, apresentar MOÇÃO DE APOIO à aprovação da PEC 199/2019 que altera os arts. 102 e 105 da Constituição, [...]

A proposta de emenda a Constituição visa, a transformação dos recursos extraordinário em ações revisionais, possibilitando que as decisões proferidas pelas cortes de segunda instância transitem em julgado já com o esgotamento dos recursos ordinários. Pois recursos às cortes superiores não tem como objetivo julgar o mérito individual de cada caso, mas sim resolver eventuais controvérsias jurídicas que surgem em processos na justiça comum.

Para auxiliar na compreensão da urgência desta medida, trazemos uma matéria do site Politize.com.br, que elenca alguns fatos que demonstram a urgência na aprovação da PEC 199/2019;

"Os recursos às cortes superiores³¹ (STF e o Superior Tribunal de Justiça), não têm como objetivo julgar o mérito individual de cada caso. Esse tribunal trabalha para resolver eventuais controvérsias jurídicas que surgem em processos na justiça comum, à luz do que diz a nossa Constituição Federal. Ou seja, o objetivo principal é proteger os princípios constitucionais. Isso pode apenas indiretamente beneficiar um ou mais réus.

Assim, os ministros que votaram a favor da prisão após a condenação em segunda instância em 2016 – foram seis dos onze magistrados – consideraram que o recurso a instâncias superiores tornou-se uma forma de protelar ao máximo a decisão final. É para evitar esse quadro que a prisão logo após a segunda instância seria mais justa. O ministro Luiz Fux, por exemplo, afirmou que as decisões são postergadas por "recursos aventureiros" e que o direito da sociedade de ver aplicada a ordem penal está sendo esquecido.

O ministro Luís Roberto Barroso mencionou várias situações em que o réu foi condenado em segunda instância e passou vários anos em liberdade ou até mesmo não chegou a ser preso. Foi o caso do jornalista Antônio Pimenta Neves que assassinou a namorada, Sandra Gomide. Passaram-se quase onze anos até que Neves fosse preso.

Ainda como exemplo, o ex-senador Luís Estevão foi condenado em 1992 por desviar R\$ 169 milhões de uma obra. Depois de apresentar mais de 30 recursos, o processo contra ele se arrastou por vinte e quatro anos. Apenas em 2016 saiu o trânsito em julgado e o ex-parlamentar foi parar na prisão."

O Jornalista Marcelo Oliveira, que escreve para a plataforma virtual da UOL, publicou matéria no dia 17 de outubro de 2019, demonstrando que em diversos países a pena começa a ser cumprida após condenação em primeira ou segunda instância, conforme segue relatado:

Alemanha: Nenhum tipo de recurso aos tribunais superiores sobre decisões de primeiro grau permite a liberdade provisória. Ou seja, enquanto recorre, o réu aguarda preso.

Argentina: A execução da pena é imediata, após a sentença de primeiro grau. Não é preciso aguardar o trânsito em julgado. Há exceções para grávidas ou mães com bebês menores de seis meses de idade.

Canadá: A pena de prisão é automaticamente executada após a sentença de primeira instância. A fiança é uma exceção possível em alguns casos e o réu deve preencher requisitos rígidos para conseguir aguardar o julgamento do recurso em liberdade.

Espanha: O país permite a prisão após o julgamento de primeira instância.

Estados Unidos: A prisão ocorre após a sentença de primeiro grau. É permitida a suspensão da pena ou que o preso aguarde o julgamento em liberdade, mediante o pagamento de fiança, em casos específicos.

Inglaterra: O condenado espera o julgamento dos recursos enquanto cumpre a pena. Só há exceções nos crimes em que a lei garante a liberdade sob fiança.

França: Os condenados em primeiro grau aguardam em liberdade o julgamento dos recursos.

Portugal: Os réus condenados em primeiro grau aguardam em liberdade, enquanto não se esgotarem os recursos.

Essa discrepância entre o início do cumprimento da pena do Brasil e dos demais países demonstra o atraso das leis nacionais.

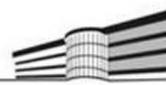
Frente ao exposto, requer a aprovação da presente Moção de Apoio a PEC 199/2019 que altera os arts. 102 e 105 da Constituição, seja a presente encaminhada ao Presidente da Câmara Federal dos Deputados, ao Presidente do Senado, ao Presidente da República, aos Deputados Federais e Senadores do Rio Grande do Sul.

Caxias do Sul, 3 de Dezembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

CLAIR DE LIMA GIRARDI Vereador - PSD
ADILÓ DIDOMENICO Vereador - PTB
ARLINDO BANDEIRA Vereador - PP
GLADIS FRANCESCHETTO FRIZZO Vereadora - MDB
PAULA IORIS Vereadora - PSDB
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB
RENATO NUNES Vereador - PR
RICARDO DANELUZ NETO Vereador - PDT
VELOCINO JOÃO UEZ Vereador - PDT

(Legix)

³¹ Simone Moreira (registro e conferência)



E com certeza se a gente procurasse, teria mais vereadores que assinaram. Era esse o relato, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): OK. Em discussão a Moção nº 28/2019.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Peço a palavra.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Podeis falar.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Presidente, de repente, este vereador não seria³² o mais preparado para defender isso aí, mas tem vereadores que poderão me auxiliar, com certeza, sobre esse assunto...

VEREADORA PAULA IORIS (PSDB): Peço a palavra.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Por causa da formação de cada vereador. Mas no Brasil hoje está explícito que quem tem dinheiro recorre a todas as instâncias, não vai preso e prescreve. Quem não tem vai ao rigor da lei até a segunda instância. Então quando o Supremo Federal tem que ter um voto decisivo do presidente significa que nem eles estão conseguindo se entender. Significa que tem alguma coisa de errado na Constituição e que tem que ser mudado. Os nossos deputados e senadores foram eleitos falando a maioria neste assunto, de defendendo a Lava jato. Pois então está na hora agora de eles provarem o que eles falaram em campanha. Então significa, presidente e vereadores, que no Brasil tudo é de poder aquisitivo. Infelizmente o nosso país vive nessa questão e nós não podemos deixar que isso aconteça porque quando vai em primeira instância, segunda instância já foi investigado, já foram ouvidas as testemunhas, já foi chegado a uma conclusão. Depois, nas instâncias superiores, é só revisto se foi tramitado dentro da Constituição. Então para que essa pessoa, esse cidadão que foi condenado... Para que ele ficar em liberdade? Se ele já foi julgado e condenado tem que estar na cadeia. Aí o que traz para nós o povo? O cidadão comum? Traz que só nós temos que temer a lei, só nós temos que temer a lei. Essas pessoas usando do próprio dinheiro que roubaram da população para se defender. Isso está errado. Então, presidente, peço a todos os vereadores que votem a favor dessa PEC e que chegue o quanto antes para que os nossos deputados também saibam o que a população, representada por nós, vereadores, pensa desse PL. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereadora Paula.

VEREADORA PAULA IORIS (PSDB): Bem, sobre o aspecto mais técnico eu até deixaria para os meus colegas que tem a formação em Direito falar também, mas me parece que aqui foi encontrada uma outra forma de tratar este assunto de forma constitucional, que a PEC eu até tinha iniciado uma moção, tempos atrás, foi considerada inconstitucional. Então neste aspecto se tiver alguma coisa diferente eu deixo para os colegas técnicos falarem. Eu quero abordar o aspecto psicológico da situação, o aspecto didático da situação. A impunidade ela não dá uma boa mensagem para um país. A impunidade gera... Ela é um câncer. O Direito Penal existe para que uma pena ocorra quando ocorre um delito e tem que ser proporcional ao delito. Então quando tem crimes contra a vida, quando tem crimes hediondos quando tem crimes de corrupção, quem cometeu o crime tem que ter uma penalização de acordo. A pena existe não para que se puna simplesmente as pessoas, a pena existe para que a pessoa tenha medo, respeite as regras e não faça o crime. Agora, se ele cometeu o crime ele tem que ser punido. O relato aqui traz exemplo de uma pessoa que matou a namorada e levou... O de 24 anos é na corrupção. Ele levou muitos anos... Deixa eu ver aqui, foi o caso do jornalista... 11 anos até ser preso. Eu conheço um caso, vereadora Denise, aqui

³² Vera Rassier (registro e conferência)



no litoral que o senhor... Um senhor era radialista, foi preso no estacionamento do supermercado. Ele foi condenado, mas ainda assim levou 5, 6 anos para ser preso. Ele encontrava a família de quem ele assassinou, eu conheço a família, debochava da família e a família acabou se mudando. Então, como é isso? Então o Direito Penal ele existe para estabelecer um limite para a população, para estabelecer segurança para a população. Se fala em encarceramento em massa. Eu acho que a gente não tem que deixar de prender quem comete crimes. Nós temos que melhorar a situação prisional. São coisas diferentes, mas as duas precisam acontecer. Que a situação prisional é caótica³³ eu não tenho dúvida e penso que a gente tem que melhorar. Mas deixar quem comete crime solto é uma mensagem errada que a gente dá para a população. Estabelecendo um paralelo com a criação de um filho, uma família, nós não podemos, ao educar um filho, dar uma mensagem dupla: Ah, ele está fazendo isso errado, mas é porque ele é muito pequeno, ele ainda não sabe. Se enquanto pai e mãe nós não dermos uma mensagem clara, com tom de voz adequado, “fazer isso é errado, meu filho” ele vai continuar fazendo. A gente precisa sempre deixar claramente o que é certo e o que é errado. Isso estabelece segurança para o nosso filho e isso estabelece segurança para um país também porque a impunidade ela gera insegurança, gera desesperança e ela gera uma confusão na sociedade. Então espero que assim... Já é tempo, de fato, desse assunto ser resolvido no nosso país. Certamente votarei favorável. Obrigada.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Encerrada a discussão. Em votação a moção. Solicito aos vereadores que registrem o seu voto. (Pausa) A moção foi aprovada por maioria. Vereadora Tatiane como vota? Favorável. Vamos repetir a votação. Solicito aos vereadores que registrem o seu voto. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. A Moção nº 28/2019 foi aprovado por maioria, votando contrariamente os vereadores Denise Pessôa e Renato Oliveira. *Em discussão única e votação o Requerimento nº 173/2019, de autoria do vereador Alberto Meneguzzi, que solicita informações ao Executivo e à Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) sobre pedidos de autorização para eventos temporários em espaços públicos e privados em Caxias do Sul, regulamentados pelo Decreto Municipal nr. 19.736/2018.* Com a palavra o autor para leitura do requerimento.

VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB):

REQUERIMENTO nº REQ - 173/2019

PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO PREFEITO (Art. 176, III)

Solicita informações ao Executivo e à Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) sobre pedidos de autorização para eventos temporários em espaços públicos e privados em Caxias do Sul, regulamentados pelo Decreto Municipal nr. 19.736/2018.

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

O vereador que subscreve este documento, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa, submete à apreciação dos nobres pares, o presente pedido de informações. O objetivo é solicitar esclarecimentos ao Executivo e à Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) sobre pedidos de autorização para eventos temporários em espaços públicos e privados em Caxias do Sul, regulamentados pelo Decreto Municipal nr. 19.736/2018.

A adequação da legislação, ocorrida este ano, tem causado polêmica em sua interpretação por parte do Executivo. As alterações que entraram em vigor este ano, estão refletindo, inclusive, na vida política do Município. Um dos reflexos são tema de uma das denúncias de impeachment do prefeito Daniel Guerra, que está em processo de investigação pela Câmara de Vereadores.

Tendo em vista esclarecer dúvidas sobre a aplicação da referida legislação, apresento e solicito o acolhimento do Plenário desta Casa, aos seguintes questionamentos ao Poder Executivo:

1. Quantos processos de autorização de eventos foram protocolados na SMU, em 2019?
(listar)

³³ Leandro Ribas (registro e conferência)



2. Quais pedidos foram autorizados no mesmo período? (listar)
3. Quais processos foram negados? Por que motivos? (listar processos e motivos)
4. Para que outras secretarias e órgãos foram solicitados pareceres com relação aos processos negados? Quais os pareceres apresentados? (listar e anexar cópias dos pareceres)

Caxias do Sul, 28 de Novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ALBERTO MENEGUZZI Vereador - PSB

(Legix)³⁴

Era esse o pedido de informações, senhor presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Em discussão o Requerimento. (Não houve manifestação.)

Encerrada a discussão. Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seus votos. (Pausa) Vereador Renato Nunes, como vota? Favorável. Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. O Requerimento nº 173 foi aprovado por unanimidade dos vereadores presentes, com ausência do vereador Elisandro Fiuza. *Em discussão única e votação o Requerimento nº 174/2019, de autoria do vereador Alberto Meneguzzi, que solicita informações ao Executivo e à Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade (SMTTM) sobre as condições de acessibilidade nos táxis e veículos que trabalham em transporte individual de passageiros por aplicativos.* Com a palavra o autor para leitura do requerimento.

VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB):

REQUERIMENTO nº REQ - 174/2019

PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO PREFEITO (Art. 176, III)

Solicita informações ao Executivo e à Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade (SMTTM) sobre as condições de acessibilidade nos táxis e veículos que trabalham em transporte individual de passageiros por aplicativos.

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

O vereador que subscreve este documento, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa, submete à apreciação dos nobres pares, o presente pedido de informações. A finalidade é solicitar esclarecimentos do Executivo e da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade (SMTTM) sobre as condições de acessibilidade nos táxis e veículos que trabalham em transporte individual de passageiros por aplicativos.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - mais conhecida como Lei da Acessibilidade - estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A legislação impõe ao poder público, a responsabilidade de adotar os procedimentos necessários para promover a acessibilidade aos prédios públicos e privados e ao sistema de transporte coletivo, entre outras atribuições.

Neste contexto, o Art. 51 da Lei Federal 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - institui que "As frotas de empresas de táxi devem reservar 10% (dez por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência".

Sendo o Município de Caxias do Sul o responsável pela gestão do transporte individual de passageiros, nas categorias táxi e por meio de aplicativos, apresento e solicito o acolhimento do Plenário desta Casa, aos seguintes questionamentos ao Poder Executivo:

1. As leis municipais que regulamentam as duas modalidades deste serviço instituem a acessibilidade nos veículos?
2. Quais as condições estabelecidas nas duas legislações?
3. Quantos veículos adaptados circulam atualmente no Município?
4. Qual a forma de fiscalização realizada pelo Executivo com relação ao cumprimento das exigências legais?

Caxias do Sul, 28 de Novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ALBERTO MENEGUZZI Vereador - PSB

³⁴ Leandro Ribas (registro e conferência)



(Legix)

Era esse o requerimento, senhor presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Em discussão o Requerimento. (Não houve manifestação.) Encerrada a discussão. Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seus votos. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Vereadora Gladis, como vota? Favorável. Encerrada a votação. O Requerimento nº 174/2019 foi aprovado por unanimidade. *Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 74/2017, contido no processo nº 112/2017, de autoria do vereador Ricardo Daneluz Neto, que dispõe sobre³⁵ a inclusão de atividades e conteúdos relativos à Educação Financeira no plano curricular das escolas de ensino fundamental da rede pública municipal.* Relatoria, vereador Rafael Bueno.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):

Referente ao PROCESSO Nº 112/2017 - PROJETO DE LEI nº 74/2017

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

PARECER nº PAR - 556/2019
FAVORÁVEL

FAVORÁVEL ao projeto de Lei nº 74/2017, contido no Processo nº 112/2017.

O Projeto de Lei emendado é de autoria do Vereador Ricardo Daneluz Neto, visa a inclusão de atividades e conteúdos relativos a Educação Financeira no plano curricular das escolas de ensino fundamental da rede pública municipal.

Em sua exposição de motivos, o autor argumenta que o presente projeto tem objetivo, de estimular os alunos a um consumo consciente a Educação Financeira, destaca a relevância deste projeto para o desenvolvimento da família, sustentabilidade, empreendedorismo, autonomia e cidadania, sendo assim, pretende-se que os alunos estabeleçam as relações entre a Educação Financeira e as mais diversas áreas do conhecimento.

A CCJL manifestou-se pela inconstitucionalidade da matéria, sendo derrubado em plenário e por consequência o seu trâmite normal.

Assim sendo, destacamos que a presente proposta é de extrema importância para preparar as futuras gerações, desenvolverem as habilidades necessárias para contribuir nas decisões financeiras que tomarão ao longo das suas vidas.

Face ao exposto, esta comissão, por seus integrantes, recomenda ao Plenário a aprovação do projeto.

É o Parecer.

Caxias do Sul, 3 de Dezembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

EDSON DA ROSA Presidente - CECTICDLT - MDB
ALBERTO MENEGUZZI Vereador - PSB
CLAIR DE LIMA GIRARDI Vereador - PSD
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB
RAFAEL BUENO Vereador - PDT

(Legix)

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado. Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 74/2017. (Não houve manifestação.) Encerrada a primeira discussão. *Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 56/2019, contido no processo nº 71/2019, de autoria da vereadora Gladis Franceschetto Frizzo, que dispõe sobre a prevenção e a punição de atos de vandalismo e depredação do patrimônio público do Município de Caxias do Sul e dá outras providências. Contém Substitutivo SB-2/2019.* Relatoria, vereador Edson da Rosa.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Senhor presidente, eu peço uma Questão de Ordem a V. Exa. antes de fazer a relatoria. Invocando o art. 104 para a extensão da sessão até o final da Ordem do Dia.

³⁵ Simone Moreira (registro e conferência)



PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): A prorrogação da sessão até o final da Ordem do Dia. Atendendo o artigo nº 104 está em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Encerrada a votação, a prorrogação da sessão até o final da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes com as ausências dos vereadores: Renato Oliveira e Rodrigo Beltrão. Vereador Edson.

VEREADOR EDSON DA ROSA (PMDB): Pois não, senhor presidente.

Referente ao PROCESSO Nº 71/2019 - PROJETO DE LEI nº 56/2019

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, TRANSPORTE E HABITAÇÃO

PARECER nº PAR - 352/2019
FAVORÁVEL

FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 56/2019, contido no Processo nº 71/2019. CONTÉM SUBSTITUTIVO 2/2019.

O Projeto de Lei é de autoria da Vereadora Gladis Frizzo e dispõe sobre a prevenção e a punição de atos de vandalismo e depredação do patrimônio público do Município de Caxias do Sul.

A proposição tem como objeto, manter permanentemente ação visando coibir e punir atos de vandalismo e depredação do patrimônio público, matéria que se ajusta à competência legislativa local.

Com o intuito de inserir a matéria no código de posturas do município, a autora apresentou Substitutivo 2/2019.

Tornou-se rotineira a prática de atos infracionais que colocam em risco não apenas a vida e a integridade física, mas também a incolumidade, a saúde e a paz pública.

O Poder Público Municipal não pode ficar inerte frente a esta grave situação, que merece ser combatida por meio da lei. Atos dessa natureza, que destroem patrimônios tem causado indignação por parte de todos os municípios, carecendo de ações rápidas e concretas por parte dos órgãos e autoridades competentes.³⁶

As medidas propostas no texto têm como condão garantir condições de segurança aos municípios, razão pela qual se alinham com as posturas, eis que tanto a proteção dos bens públicos como privados com relação ao comportamento de vândalos consiste em assunto relacionado a posturas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação, sendo matéria de competência municipal, opinou pela constitucionalidade do Substitutivo 2/2019.

Face ao exposto, esta Comissão, por seus integrantes, manifesta-se favoravelmente a aprovação do Substitutivo 2/2019.

Caxias do Sul, 27 de Agosto de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ELÓI FRIZZO Presidente - CDUTH - PSB
DENISE PESSÓA Vereadora - PT
EDSON DA ROSA Vereador - MDB
GUSTAVO TOIGO Vereador - PDT
PAULA IORIS Vereadora - PSDB

(Legix)

Vem assinado por todos os membros da comissão.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado. Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 56/2019. (Não houve manifestação.) Encerrada a primeira discussão. *Em primeira discussão o Projeto de Resolução nº 2/2019, contido no processo nº 89/2019, de autoria do vereador Edson da Rosa, que institui o Prêmio Cientista Júnior a ser conferido, anualmente, pela Câmara Municipal de Caxias do Sul. Contém Substitutivo SB-1/2019.* Relatoria, vereador Clair de Lima Girardi.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):

Referente ao PROCESSO Nº 89/2019 - PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 2/2019

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, CULTURA, ESPORTO, LAZER E TURISMO

PARECER nº PAR - 403/2019
FAVORÁVEL

³⁶ Vera Rassier (registro e conferência)



FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº 2/2019, contido no Processo nº 89/2019. Contém Substitutivo nº 01/2019.

Esta Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, por seus componentes, recebe para análise e parecer o Projeto de Resolução nº 2/2019, contido no Processo nº 89/2019, que institui o Prêmio Cientista Júnior, a ser conferido, anualmente, pela Câmara Municipal de Caxias do Sul.

O projeto foi analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação, que exarou parecer pela legalidade, tendo em vista que o projeto apresenta condições técnicas e jurídicas adequadas. O autor apresenta o substitutivo 1/2019, adequando a preposição tecnicamente em Projeto de Decreto Legislativo.

Segundo a Exposição de Motivos, o autor argumenta que "instituir o Prêmio Cientista Júnior é demonstrar que o Legislativo se compromete concretamente com a melhor possibilidade de acesso à educação de qualidade em nossa cidade, bem como com o compromisso de incentivar cada vez mais novos processos educacionais que visem o desenvolvimento cidadão".

Diante do exposto, esta Comissão, por seus integrantes, manifesta-se FAVORÁVEL à matéria, recomendando ao Plenário a aprovação do referido Projeto de Resolução.

Caxias do Sul, 12 de setembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

EDSON DA ROSA Presidente - CECTICDLT - MDB
ALBERTO MENEGUZZI Vereador - PSB
CLAIR DE LIMA GIRARDI Vereador - PSD
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB
RAFAEL BUENO Vereador - PDT

(Legix)

Era esse o parecer, senhor presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado. O Substitutivo nº 1/2019 está em primeira discussão. (Não houve manifestação) Encerrada a primeira discussão. Passo a condução dos trabalhos à vereadora Paula Ioris.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): *Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 136/2019, contido no processo nº 181/2019, de autoria do Poder Executivo, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Caxias do Sul para o exercício de 2020. Contém Emenda Modificativa EmM-1/2019.* Vereador Gustavo Toigo, como relator.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Solicito a vossa excelência se posso fazer o relato sentado, senhora presidente.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Com a palavra o relator. Pode fazê-lo sentado.

Referente ao PROCESSO Nº 181/2019 - PROJETO DE LEI nº 136/2019

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

PARECER nº PAR - 532/2019
FAVORÁVEL

PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 136/2019, contido no Processo nº 181/2019. Contém Emenda Modificativa.

Um processo que trata do orçamento para o próximo ano.

Vem a esta Comissão, para estudo e Parecer, o Processo ementado³⁷ que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Caxias do Sul para o exercício de 2020.

Trata-se de Projeto de Lei orçamentária para o exercício de 2020 que abrange a Administração Direta (Executivo e Legislativo), o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMA), o Instituto de Previdência e Assistência Municipal – (IPAM, dividido em Saúde e Previdência) e a Fundação de Assistência Social (FAS), de autoria do Poder Executivo, em atendimento à determinação do art. 165 da Constituição Federal, art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 124 e seus parágrafos e da Lei Orgânica do Município.

A receita consolidada do Município de Caxias do Sul para o exercício econômico-financeiro de 2020, foi estimada em R\$ 2.270.421.829,51 (dois bilhões, duzentos e setenta milhões, quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos).

³⁷ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)



Ao Órgão 02 - Executivo, Administração Direta, que engloba 21 (vinte e uma) unidades orçamentárias a receita estimada é de R\$ 1.577.071.557,32 (um bilhão, quinhentos e setenta e sete milhões, setenta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Ao Órgão 03 - SAMAE, que engloba 9 (nove) unidades orçamentárias, a receita estimada é de R\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões).

Ao Órgão 04 - IPAM Saúde, que engloba 2 (duas) unidades orçamentárias, a receita estimada é de R\$ 119.220.370,45 (cento e dezenove milhões, duzentos e vinte mil, trezentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos).

Ao Órgão 05 - FAS, que engloba 7 (sete) unidades orçamentárias, a receita estimada é de R\$ 9.635.149,25 (nove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

Ao Órgão 06 - IPAM Previdência que engloba 2 (duas) unidades orçamentárias, a receita estimada é de R\$ 329.494.752,49 (trezentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Por outro lado, a despesa consolidada do Município, abrangida a da seguridade social é fixada em R\$ 2.270.421.829,51 (dois bilhões, duzentos e setenta milhões, quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos).

Para o Legislativo, Câmara de Vereadores, a despesa foi fixada no valor de R\$ 41.025.238,90 (quarenta e um milhões, vinte e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

No Executivo, Administração Direta, fixada no valor de R\$ 1.470.511.744,77 (um bilhão, quatrocentos e setenta milhões, quinhentos e onze mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos).

No Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto SAMAE, fixada no valor de R\$ 234.595.000,00 (duzentos e trinta e quatro milhões e quinhentos e noventa e cinco mil reais).

No Instituto de Previdência e Assistência Municipal IPAM, fixada para o IPAM Saúde no valor de R\$ 119.578.922,04 (cento e dezenove milhões, quinhentos e setenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais e quatro centavos) e para o IPAM Previdência no valor de R\$ 329.479.752,49 (trezentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Na Fundação de Assistência Social – FAS, fixada no valor de R\$ 75.231.171,31 (setenta e cinco milhões, duzentos e trinta e um mil, cento e setenta e um reais e trinta e um centavos).

Importante salientar que, de acordo com o art. 4º do Projeto, a diferença apurada entre a receita e a despesa de cada órgão, incluídas suas Reservas de Contingência e RPPS, referem-se às transferências financeiras projetadas entre os mesmos, denominadas contas de repasses, onde as receitas ocorrem em um órgão e as despesas em outro, conforme demonstrativos próprios.

O Projeto em seu art. 5º autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares a projetos, atividades e operações especiais, inclusive para transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, em qualquer mês do exercício, até o limite de 5% (cinco por cento) da receita e/ou contas de interferência ativas que se realizarem em 2019 por órgão, utilizando os recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964. Com relação ao Poder Legislativo o percentual de 5% será calculado sobre a soma das contas de interferência que o Executivo - Administração Direta lhe repassar.

O Projeto de Lei também prevê a possibilidade da realização de operações por antecipação de receita orçamentária, até os limites legais da LRF e demais legislação aplicável.

No art. 13 do Projeto de Lei estão relacionados os 30 incisos da lista de anexos que farão parte integrante da presente lei orçamentária.

Consultada a Assessoria Técnica da Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário esta manifestou-se por meio de parecer verbal concluiu que "À vista da legislação regente da espécie, vê-se que a matéria atende ao comando legal do art. 165 e parágrafos, da Carta Maior,³⁸ da Constituição Federal, bem como a exegese do art. 5º, da Lei Complementar n.º 101.

O expediente atende ainda as diretrizes gerais constantes da Lei Federal 4.320/64, assim como a interpretação do art. 124, da Lei Orgânica do Município e à legislação fiscal específica do IPAM -Previdência e IPAM – Saúde.

Por fim, vem comprovada a realização de audiência pública, no âmbito do Poder Executivo em 29 de outubro [...] deste ano, em respeito ao art. 124, da Lei Orgânica do Município e art. 48 da LRF, mesmo que com a presença de apenas dois servidores".

Ato contínuo, no dia 20 de novembro do corrente ano, às 14 horas, na Sala das Comissões Geni Peteffi da Câmara Municipal, ocorreu a 82ª Audiência Pública promovida pela [...]

NOSSA COMISSÃO, em cumprimento ao disposto no ao artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

No prazo legal, até o término da audiência pública, foi apresentada uma emenda, distribuída e analisada pela Assessoria Técnica, que opinou:

"Os autores da emenda defenderam que a proposição se deve ao fato de que o orçamento proposto pelo Executivo - R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) – ser considerado ínfimo para a realização de ações efetivas de desenvolvimento das políticas públicas para a juventude de Caxias do Sul. Além do mais, para o corrente ano, o governo municipal orçou R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para a mesma rubrica. Sustentaram, ainda, que tendo em vista o crescimento geral da verba orçamentária proposta pelo Executivo para o próximo ano, é inadmissível que o recurso destinado à referida Coordenadoria tenha sido reduzido em cerca de 60%. Aduziram que assim ficarão inviabilizadas as ações destinadas ao setor. Em razão da Emenda proposta, são readequados da Unidade 2 – Gabinete do Prefeito – Publicidade de campanhas [...] – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica para a Unidade 21 – Secretaria Municipal da Segurança Pública e Proteção Social, num total de R\$ 11.510,00 (onze mil e quinhentos e dez reais). Face ao exposto, verifica-se que o projeto de Lei cumpre todos os

³⁸ Leandro Ribas (registro e conferência)



requisitos postos na legislação da espécie, podendo, pois, ter normal tramitação na CDEFECO, e obter manifestação favorável, se for o caso."

Referida emenda restou acatada porquanto apenas realoca recursos, sem nenhum impacto orçamentário-financeiro, assim como contempla o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentada.

Face ao exposto, cumpridas as exigências legais, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Fiscalização e Controle Orçamentário, por seus integrantes, manifesta-se favoravelmente a aprovação do presente Projeto de Lei, com a Emenda Modificativa. Este é o Parecer, s.m.j.

Caxias do Sul, 27 de Novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

GUSTAVO TOIGO Presidente - CDEFECO - PDT
ADILÓ DIDOMENICO Vereador - PTB
ELISANDRO FIUZA GONÇALVES Vereador - REPUBLICANOS
ELÓI FRIZZO Vereador - PSB
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB

(Legix)

Assinam Gustavo Toigo, presidente e relator da matéria, e os demais membros: Adiló Didomenico, Elisandro Fiuza Gonçalves, Edio Elói Frizzo e Paulo Périco. Presidente Paula, este é o relato orçamentário da peça orçamentária para o próximo ano com emenda. Sugerimos aprovação do mesmo. Obrigado.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Ok, vereador. Em primeira discussão. (Não houve manifestação.) Encerrada a primeira discussão. *Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 138/2019, contido no processo nº 183/2019, de autoria do Poder Executivo, que concede reposição das perdas salariais, no ano de 2020, aos vencimentos e salários dos servidores e empregados públicos municipais em atividade e de proventos de aposentadoria e pensões aos segurados do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS).* Relatoria, vereador Gustavo Toigo. Com a palavra o relator.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Pois não, presidente.

Referente ao PROCESSO Nº 183/2019 - PROJETO DE LEI nº 138/2019

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

PARECER nº PAR - 537/2019
FAVORÁVEL

PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 138/2019, contido no Processo nº 183/2019.

Recebe esta Comissão o Projeto de Lei nº 138/2019 de autoria do Poder Executivo, para exame e parecer, que visa conceder reposição das perdas salariais, no ano de 2020, aos vencimentos e salários dos servidores públicos municipais em atividade e de proventos de aposentadoria e pensões aos segurados do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS).

A proposição prevê a reposição das perdas salariais no ano de 2020, da seguinte forma: a média dos índices inflacionários do período compreendido entre janeiro, fevereiro e março, será concedida a partir de 1º de abril de 2020, sendo calculada sobre o montante dos vencimentos no mês de março de 2020; a média dos índices inflacionários³⁹ do período compreendido entre abril, maio e junho, será concedida a partir de 1º de julho de 2020, sendo calculada sobre o montante dos vencimentos do mês de junho de 2020, e a média dos índices inflacionários do período compreendido entre julho, agosto e setembro, será concedida a partir de 1º de outubro de 2020, sendo calculada sobre o montante dos vencimentos do mês de setembro de 2020 e a média dos índices inflacionários do período compreendido entre outubro, novembro e dezembro, concedido a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo calculado sobre o montante dos vencimentos do mês de dezembro de 2020.

Os percentuais a serem repassados serão calculados tendo por base a média dos índices inflacionários dos trimestres correspondentes, considerando-se os índices IGP-M/FGV, IPC/FIPE, IPC/IEPE.

Cumpra asseverar que as despesas oriundas da presente Lei respeitarão as dotações orçamentárias próprias, nos termos do artigo 5º do Projeto de Lei sub examine.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação, manifestou-se pela constitucionalidade do presente Projeto de Lei.

Consultada a Assessoria Técnica desta Comissão, esta opinou conforme segue:

³⁹ Simone Moreira (registro e conferência)



"Não obstante o PL 138/2019 contemple o aumento de despesas de caráter continuado, se faz prescindível a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, assim como a demonstração da origem dos recursos para o seu custeio, conforme excetua o §6º, do art. 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que versa o mesmo sobre simples reposição de perdas salariais sobre a remuneração de pessoal."

Assim, uma vez atendida a legislação fiscal e orçamentária, o PL 138/2019 merece parecer favorável da CDEFECO, se for o caso.

Frente ao exposto, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Fiscalização e Controle Orçamentário, pelos integrantes que subscrevem, se manifesta por meio do presente PARECER FAVORÁVEL ao PROJETO DE LEI nº 138/2019.

Caxias do Sul, 28 de Novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

GUSTAVO TOIGO Presidente - CDEFECO - PDT
ADILÓ DIDOMENICO Vereador - PTB
ELISANDRO FIUZA GONÇALVES Vereador - REPUBLICANOS
ELÓI FRIZZO Vereador - PSB
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB

(Legix)

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Ok. Em primeira discussão. (Não houve manifestação.) Encerrada a primeira discussão. *Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 141/2019, contido no processo nº 189/2019, de autoria da Mesa Diretora, que concede reposição das perdas salariais, no ano de 2020, aos vencimentos e salários dos servidores públicos municipais em atividade e de proventos de aposentadoria e pensões aos segurados do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS) da Câmara Municipal de Caxias do Sul.* Relator, vereador Gustavo Toigo. Com a palavra o relator.
VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Pois não, presidente.

Referente ao PROCESSO Nº 189/2019 - PROJETO DE LEI nº 141/2019

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

PARECER nº PAR - 539/2019
FAVORÁVEL

PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 141/2019, contido no Processo nº 189/2019.

Recebe esta Comissão o Projeto de Lei nº 5/2019 de autoria da Mesa Diretora, para exame e parecer, que visa conceder reposição das perdas salariais, no ano de 2020, aos vencimentos e salários dos servidores públicos municipais em atividade e de proventos de aposentadoria e pensões aos segurados do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS) da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

A proposição prevê a reposição das perdas salariais até o final do ano de 2020, da seguinte forma: a média dos índices inflacionários do período compreendido entre janeiro, fevereiro e março, será concedida a partir de 1º de abril de 2020, sendo calculada sobre o montante dos vencimentos no mês de março de 2020; a média dos índices inflacionários do período compreendido entre abril, maio e junho, será concedida a partir de 1º de julho de 2020, sendo calculada sobre o montante dos vencimentos do mês de junho de 2020, e a média dos índices inflacionários do período compreendido entre julho, agosto e setembro, será concedida a partir de 1º de outubro de 2020, sendo calculada sobre o montante dos vencimentos do mês de setembro de 2020 e a média dos índices inflacionários do período compreendido entre outubro, novembro e dezembro, concedido a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo calculado sobre o montante dos vencimentos do mês de dezembro de 2020.

Os percentuais a serem repassados serão calculados tendo por base a média dos índices inflacionários dos trimestres correspondentes, considerando-se os índices IGP-M/FGV, IPC/FIPE, IPC/IEPE.

Cumprasse que as despesas oriundas da presente Lei respeitarão as dotações orçamentárias próprias, nos termos do artigo 5º do Projeto de Lei sub examine.

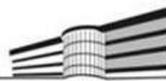
A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação, manifestou-se pela constitucionalidade do presente Projeto de Lei.

Consultada a Assessoria Técnica desta Comissão, esta opinou conforme segue:

"Não obstante o PL 141/2019 contemple o aumento de despesas de caráter continuado, se faz prescindível a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, assim como a demonstração da origem dos recursos para o seu custeio, conforme excetua o §6º, do art. 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que versa o mesmo sobre simples reposição de perdas salariais sobre a remuneração de pessoal."⁴⁰

Assim, uma vez atendida a legislação fiscal e orçamentária, o PL 141/2019 merece parecer favorável da CDEFECO, se for o caso.

⁴⁰ Vera Rassier (registro e conferência)



Frente ao exposto, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Fiscalização e Controle Orçamentário, pelos integrantes que subscrevem, se manifesta por meio do presente PARECER FAVORÁVEL ao PROJETO DE LEI nº 141/2019.

Caxias do Sul, 2 de Dezembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

GUSTAVO TOIGO Presidente - CDEFECO - PDT
ADILÓ DIDOMENICO Vereador - PTB
ELISANDRO FIUZA GONÇALVES Vereador - REPUBLICANOS
ELÓI FRIZZO Vereador - PSB
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB

(Legix)

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 141/2019. (Não houve manifestação.) Encerrada a primeira discussão. *Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 147/2019, contido no processo nº 198/2019, de autoria da Mesa Diretora, que altera dispositivos da Lei nº 6.207, de 26 de março de 2004, que dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos servidores da Câmara Municipal de Caxias do Sul.* Relatoria, vereador Alceu João Thomé. Com a palavra o relator.

VEREADOR ALCEU THOMÉ (PTB):

Referente ao PROCESSO Nº 198/2019 - PROJETO DE LEI nº 147/2019

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

PARECER nº PAR - 541/2019
PELA CONSTITUCIONALIDADE

PELA CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 147/2019, contido no Processo nº 198/2019.

O Projeto Lei acima descrito, de autoria da Mesa Diretora, visando alterar dispositivos da Lei nº 6.207, de 26 de março de 2004, que dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos servidores da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Consoante à Exposição de Motivos, o projeto tem como objetivo atender as determinações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, referente às exigências para provimento de algumas funções e cargos previstos na Lei nº 6.207, de 26 de março de 2004.

Assim, foi proposta a alteração da escolaridade mínima exigida para os cargos e funções de Diretor Geral, Diretor Administrativo e Diretor Legislativo para ensino superior completo, bem como a exigência na escolaridade mínima para as funções gratificadas de chefia de setores, adequadas às exigências de lotação de servidores no Setor.

Analisada a matéria quanto aos aspectos da legalidade e constitucionalidade, a mesma encontra amparo no art. 62, III e IV, da Lei Orgânica Municipal, conforme transcrevemos abaixo:

"Art. 62. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

...
III - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV - propor a criação ou extinção dos cargos dos serviços administrativos internos, bem como a fixação dos respectivos vencimentos, por iniciativa da Mesa ou de um terço dos Vereadores;"

Com base nesta premissa, foi aprovada a Lei nº 6.207, de 26 de março de 2004, em que a Câmara Municipal passou a reger, por meio de Lei, o seu Quadro de Pessoal.

Dessa forma, observadas as disposições legais citadas, conclui-se que o Poder Legislativo têm competência para propor o Projeto de Lei que altera as exigências para provimento de algumas funções e cargos, também, por iniciativa da Mesa Diretora, conforme se infere do art. 18, I, do Regimento Interno desta Casa.

Diante do exposto, esta Comissão, por seus pares, opina pela constitucionalidade da matéria em apreço, cabendo ao Plenário a análise de mérito.

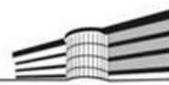
Este é o Parecer, Salvo Melhor Juízo.

Caxias do Sul, 2 de Dezembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ADILÓ DIDOMENICO Presidente - CCJL - PTB
ALCEU JOÃO THOMÉ Vereador - PTB
FELIPE GREMELMAIER Vereador - MDB
PAULA IORIS Vereadora - PSDB
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB

(Legix)⁴¹

⁴¹ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)



É isso, senhora presidente.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Ok, vereador. Em primeira discussão. Não houve manifestação.) Encerrada a primeira discussão. *Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 201/2017, contido no processo nº 281/2017, de autoria do vereador Neri Andrade Pereira Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro do grupo sanguíneo e fator RH no uniforme de todos os alunos matriculados nas escolas da rede pública e privada do Município e dá outras providências.* Relatoria, vereador Clair de Lima Girardi. Com a palavra o relator.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Senhora presidente, eu peço a dispensa da leitura por já ter feito ela em sessão anterior.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Em discussão.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Peço a palavra.

VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE): Peço a palavra.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Vereadora Tatiane com a palavra.

VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE): Então nobres pares, colegas vereadores, esse é um projeto de autoria do então vereador Neri, o Carteiro, cuja proposta de que os uniformes dos alunos da rede municipal e privada de ensino terão que informar o tipo sanguíneo e fato RH de cada estudante. Tal medida servirá como facilitadora do atendimento médico em caso de eventual acidente, visando proteger crianças e adolescentes matriculados nas escolas públicas e privadas do município na hipótese de qualquer tipo de acidente. Não saber o grupo sanguíneo e o fator RH de uma pessoa pode retardar o seu atendimento a ponto de coloca-la sob risco de morte. Era isso, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Com a palavra o vereador Paulo Périco.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Senhora presidente, senhoras e senhores vereadores, o projeto do ex-vereador Neri ele tem um propósito social muito importante, mas eu acredito que ele é completamente inócuo, ele é completamente inviável. A importância dele é muito grande, mas a praticidade, a aplicabilidade dele é inócua porque nós vamos criar aqui uma obrigatoriedade na qual os alunos não vão ter condições e aí vai ter uma lei e o diretor vai fazer o quê? E a doação do uniforme, quando são de escolas de um irmão para outro irmão e que trocam RH. É uma proposta interessante, importante, mas infelizmente é uma proposta que não tem como se colocar na prática. Não existe. Mesmo que o prefeito tenha firmado que iria dar os uniformes. Mesmo assim é muito difícil. Vereador Edson, que foi secretário municipal de Educação, V.Sa. sabe da dificuldade. Nós temos escolas que as crianças não têm nem uniforme. Então fazer uma lei, nós aprovamos uma lei por aprovamos uma lei e ela não ter praticidade... Eu respeito muito o vereador Neri e a sua intenção, mas eu acho...

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (PMDB): Permite um aparte, vereador Périco?

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Eu vejo assim, sem propósito nenhum. Seu aparte, vereador Felipe.

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (PMDB): Vereador Périco, que me somar a sua declaração e dizer uma outra situação, muitas crianças e alunos que utilizam os uniformes acabam doando ou passando para outros alunos esses uniformes. Isso em todas as escolas públicas, particulares, enfim, todas as crianças recebem uniformes de outras crianças. Então o senhor imagina a partir do momento em que uma criança recebe um uniforme com fator RH diferente? E aí acontece...Por acaso acontece algum acidente,



alguma situação e precisa desse tipo de sangue e se coloca o sangue errado na criança.⁴² Então é muito maior que a gente possa imaginar essas situações, são muito maiores do que a gente possa imaginar. Então isso é uma questão de extrema responsabilidade. Então nós temos que ter muito cuidado na votação desse projeto, para não criar situações extremamente perigosas futuramente. Que um sangue colocado errado numa pessoa, a gente sabe as consequências, fatais muitas vezes. Então só para lhe ajudar nessa questão.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Obrigado, vereador Felipe. A sua colocação é muito importante.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Permite um aparte, vereador Paulo?

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Porque imagine a responsabilidade de acontecer algum problema eventual com uma criança que recebeu o uniforme doado, com Rh diferente, e a direção da escola não sabe que aquela roupa foi doada. Então, em vez de contribuir, pode gerar um problema seríssimo. Então nós temos que ter essa responsabilidade aqui, como legisladores. Seu aparte, vereador Elói.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Vereador Paulo, seria até mais simples, por exemplo, se a Secretaria de Educação instituisse um programa de exames de sangue, que as direções das escolas tivessem o controle de todas as crianças. Tivesse lá um dia especial para as crianças fazerem exame de sangue, e a escola ter esses controles. Porque, além da escola, tendo o controle, a criança também vai saber qual é o sangue dela, normalmente, vai ter uma informação que ela não tem, ela nunca foi fazer o exame de sangue com 10 anos, por exemplo.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Na sequência, uma Questão de Ordem, presidente.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Então tem outras formas de se fazer isso sem gravar num uniforme que vai lavar, vai sair, é inócuo, não tem... Com todo respeito ao deputado Neri.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Vereador Elói, também é uma contribuição de V. Exa., as escolas poderiam ter um banco de dados de todos os seus alunos. Qualquer eventualidade, puxa o banco de dados e tem informação referente àquele aluno. Então eu coloco isso, senhora presidente. Eu votarei contra por uma questão da praticidade, que eu acho que isso é muito perigoso. Obrigado.

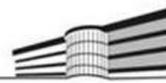
VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Questão de Ordem, presidente?

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Por gentileza, vereador Toigo.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Presidente, nós estamos encaminhando a matéria. Ela se justifica, mas entendo que tem problemas no projeto pelas manifestações encaminhadas. Mas também eu entendo que quem sabe o autor possa ser consultado, para tentar aprimorar ou, no limite, até mesmo retirar a matéria, tendo em vista que trata de uniformes, esta Casa já vem trabalhando essa questão do fator Rh sanguíneo, que é uma preocupação de todos nós. Então essa é uma oportunidade de dois dias para, quem sabe, a Bancada do Solidarietà aqui fazer uma consulta ao ex-vereador e atual deputado Neri, para que, quem sabe, faça a retirada disso, e no ano legislativo próximo, a gente possa debater com mais cuidado essa matéria aí. Coloco à apreciação dos pares.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Ok, vereador. Solicito que os vereadores registrem seus votos em relação ao adiamento desse projeto, ao pedido de adiamento por dois dias. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. O pedido de adiamento por dois dias foi aprovado por maioria.

⁴² Leandro Ribas (registro e conferência)



Votaram contra o pedido de adiamento: vereador Elisandro Fiuza, vereadora Gladis Frizzo, vereador Périco. E estão ausentes: a vereadora Denise, vereador Rodrigo Beltrão, e em representação o vereador Flavio Cassina.

- Em apreciação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 5/2019, contido no processo nº 44/2019, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao art. 10 da Lei Complementar nº 409, de 27 de março de 2012, que define o sistema de classificação de cargos de provimento efetivo da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, estabelece plano de pagamento e dá outras providências.⁴³ Contém Emenda Redacional nº 1/2019.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Paulo Périco. Com a palavra o relator.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Senhora presidente, é apenas uma redação final.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Isso.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Então eu peço a dispensa, porque V. Exa.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Tem que ler. Tem que ler.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Tem que ler? Muito bem. Foi feita uma emenda, correto.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Foi feita uma emenda.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):

Referente ao PROCESSO Nº 44/2019 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 5/2019
COMISSÃO DECONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

PARECER nº 543/2019

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei
Complementar nº 5/2019, contido no
Processo nº 44/2019.

O Projeto de Lei Complementar acima ementado que dá nova redação ao art. 10 da Lei Complementar nº 409, de 27 de março de 2012, que define o sistema de classificação de cargos de provimento efetivo da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, estabelece plano de pagamento e dá outras providências, vem a esta Comissão para Parecer de Redação Final.

Analisado o Projeto de Lei Complementar aprovado, verificou-se que está gramaticalmente correto e devidamente adequado à técnica legislativa.

No entanto, foi constatada a necessidade de realizar alteração no "Nível 4", do art. 1º no presente projeto de Lei Complementar, na expressão "FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO" para denominar-se "FARMACÊUTICO".

Desse modo, a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação (CCJL) apresentou Emenda à Redação Final, que sendo aprovada, constará nos Autógrafos.

Assim sendo, recomendamos aos Nobres Pares desta Casa a sua aprovação.
Caxias do Sul, 2 de dezembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ADILÓ DIDOMENICO - Presidente - CCJL- PTB

ALCEU JOÃO THOMÉ - Vereador - PTB

PAULA IORIS (Relatora) - Vereadora - PSDB/FELIPE GREMELMAIER - Vereador - MDB

PAULO FERNANDO PERICO - Vereador - MDB

(Legix)

Assinam esse parecer vereadores: Adiló Didomenico; Alceu João Thomé; Felipe Gremelmaier; este vereador Paulo Périco, como relator *ad hoc*, e a relatora, vereadora Paula Ioris. É isso, senhora presidente.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Em discussão a Emenda redacional nº 1/2019. (Não houve manifestação.) Encerrada a discussão. Em votação a Emenda redacional nº 1/2019. Solicito aos vereadores que registrem seus votos. (Pausa) Encerrado o registro. Vereador Adiló vota Ok. Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. A Emenda redacional foi aprovada por unanimidade, com ausência dos vereadores Denise Pessôa e Rodrigo Beltrão, e em representação vereador Flavio Cassina. Em votação o parecer de Redação Final deste projeto. Solicito aos vereadores que registrem seus votos.

⁴³ Simone Moreira (registro e conferência)



(Pausa) Encerrado o registro dos votos. Vereador Renato Nunes? Encerrada a votação. O parecer de redação final do projeto foi aprovado por unanimidade, com ausência dos vereadores Denise Pessôa, Rodrigo Beltrão e Renato Nunes. E em representação o vereador Flavio Cassina. Consulto os vereadores se podemos colocar em bloco a apreciação dos pareceres de redação final. (Pausa) Em apreciação:

- Em apreciação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 165/2018, contido no processo nº 215/2018, de autoria do vereador Wagner Petrini, que acresce dispositivo à Lei Municipal 7.696, de 19 de novembro de 2013, que reformula o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer de Caxias do Sul (FUNDEL),⁴⁴ e dá outras providências. Relator, vereador Felipe Gremelmaier.

- Em apreciação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 25/2019, contido no processo nº 31/2019, de autoria da vereadora Tatiane Frizzo, que Determina a priorização de acesso à educação infantil por filhos de mulheres que sofreram violência doméstica e familiar. Relator, vereador Felipe Gremelmaier.

- Em apreciação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 5/2019, contido no processo nº 44/2019, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao art. 10 da Lei Complementar nº 409, de 27 de março de 2012, que define o sistema de classificação de cargos de provimento efetivo da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, estabelece plano de pagamento e dá outras providências. Relatora, vereadora Paula Ioris.

Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Vereador Felipe vota favorável. Vereador Renato Oliveira vota favorável. Já votou. Encerrada a votação. Os pareceres de redação final do Projeto de Lei nº 165/2018, do Projeto de Lei nº 25/2019 e do Projeto de Lei Complementar nº 5/2019 foram aprovados por unanimidade dos vereadores presentes, com ausência dos vereadores: Denise Pessôa, Edson da Rosa, Gustavo Toigo, Renato Nunes e Rodrigo Beltrão. Em representação o vereador Flavio Cassina. Encerrada a Ordem do Dia. Com 3h30min, encerro a presente sessão. Agradecendo a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos da presente sessão.

(As manifestações constantes nestes Anais não foram revisadas pelos respectivos autores.)⁴⁵

⁴⁴ Simone Moreira (registro e conferência)

⁴⁵ Jaqueline Pagno Turmina (registro e conferência)